

Museu do Traje
São Brás de Alportel

Centro de
Documentação

S B A

REVISTA DE CULTURA

SÃO BRÁS DE ALPORTEL

EDIÇÃO Nº8 • 1º SEMESTRE • 2024 • PVP 00,00€

Museu do Traje
São Brás de Alportel

Centro de
Documentação

S B A

REVISTA DE CULTURA

SÃO BRÁS DE ALPORTEL

EDIÇÃO Nº8 • 1º SEMESTRE • 2024

07

A PROPÓSITO DE POESIA «POPULAR»
A OFICINA QUE SE IMPÕE

José d'Encarnação

13

O MONTEPIO

José Manuel Antonino Belchior

20

UM QUADRO DA VIDA LISBOETA NOS ANOS VINTE
JORGE SAN-BASILIO
UM SAMBRASENSE DESCONHECIDO

José Carlos Vilhena Mesquita

26

POR ESTE RIO ACIMA,
OS BÁRBAROS

Salvador Santos

29

SÃO BRÁS DE ALPORTEL,
«TERRA DE CORTICEIROS»,
E A CORRENTE EMIGRATÓRIA
PARA A ARGENTINA

João Leal

32

O JANTAR DO BISPO

Cristina Mendonça Neves

35

POR MONTES E VALES ATÉ PARISES

Noémia Pires

41

NOS PASSOS DE BERNARDO,
DEZ ANOS DE PUBLICAÇÃO
E DEZ ANOS DE SAUDADE

Carla Geraudes Mateus

45

GENTE DOS MACHADOS PARTE III
MANUEL VIEGAS CARRASCALÃO

Júlia G. Neves

49

O ALGARVE
E SÃO BRÁS DE ALPORTEL
COMO A SITUAÇÃO GEOESTRATÉGICA TEM
INFLUENCIADO O SEU DESENVOLVIMENTO AO LONGO
DA HISTÓRIA – I

José do Carmo Correia Martins

55

OUTROS OLHARES
OS MENIRES DO MONTE DO TRIGO E O PASSADO
NEOLÍTICO DO TERRITÓRIO SAMBRASENSE

António Faustino de Carvalho

O LÁPIS AZUL DE LOPO DO CARMO, DECANO DA
CENSURA NO ESTADO NOVO

Joaquim Cardoso Gomes

71

NOVOS AUTORES NESTA EDIÇÃO:
SALVADOR SANTOS
JOSÉ CARLOS VILHENA MESQUITA

EDITORIAL

Diz-se que alguém 'está feito num oito' quando o vemos extenuado, sem forças para prosseguir. SBA Revista de Cultura, ao invés, ao apresentar-se com o seu nº 8, mostra precisamente o contrário – e disso a equipa redactorial está orgulhosa.

Em primeiro lugar, porque, tendo preenchido um vazio nas publicações são-brasenses, de pronto recebeu entusiástico acolhimento por parte dos leitores, obrigando-nos a aumentar o número de exemplares de edição para edição, a fim de satisfazermos os pedidos.

Depois, porque a nós se juntou um conjunto de autores que muito nos honra e a quem agradecemos a pronta e sempre graciosa colaboração, cientes, como nós, de que é através da Cultura, da História, do reviver de memórias que a alma são-brasense se consolida e se mostra na sua real singularidade.

Assim, é-nos grato propor, mais uma vez, uma viagem no tempo e no espaço. No tempo, por partirmos da época neolítica em direcção à actualidade, não sem antes (no espaço) irmos fazendo paragens: ele é o convite para uma deleitosa ida até Paris a obser-

var a matança do porco; ele é um olhar mais atento para a evolução do tecido urbano da vila e da sua vivência; ele é a tradição corticeira muito nossa; ele são os poetas populares e o seu modelo maior, Bernardo de Passos, cujos passos se querem seguir...

Teremos ainda tempo para, mui sorrateiramente, espreitarmos o senhor bispo no seu palácio de Verão, ao jantar, em final de revolucionária tarde anticlerical de começos do século XIX.

E, por falar em revolução, dado que comemoramos Abril (o vermelho da capa é a nossa singela contribuição para a festa), debruçar-nos-emos sobre a vida de três 'revolucionários', cada um à sua maneira: Carrascalão, o homem desterrado para Timor por Salazar, são-brasense nunca esquecido mas sempre longe da sua terra; o quase ignorado Jorge San-Basílio; e o bem conhecido Júlio Negrão, a saciar-se de republicanismo a longos haustos... Felizes estamos por, oficialmente, não haver censura e, para melhor se compreender o que tal pode significar, aí está uma panorâmica da Imprensa cá da gente ainda em tempo de Exame Prévio.

Uma São Brás, a nossa, que, postada a meio caminho entre a Serra e o mar, orgulhosa da pertença ao Barrocal, foi e, porventura, sempre há de ser porta, «Alportel», zona de passagem; a sua situação geográfica traçou-lhe o destino; mas somos nós, agora e cada vez mais, os seus filhos, que torcemos esse destino e o queremos moldar ao jeito de uma comunidade cada vez mais aberta e mais atenta aos imemoriais factores que a fizeram crescer.

A equipa redatorial



A PROPÓSITO DE POESIA «POPULAR» A OFICINA QUE SE IMPÕE

1. Poesia popular

Não é a primeira vez que exalto a imprensa local são-brasense por dar guarida, sem peias, à inspiração dos nossos poetas ditos «populares».

E bem andou Josélia Viegas por ter querido dar à estampa alguns dos poemas que foi derramando por essas páginas tanto do *Sambrasense* como do *Notícias de S. Brás*. Valeu a pena, não só porque um livro é prenda que sempre pode oferecer-se e, por outro lado, assim compendiados (e, no caso presente, tão bem emoldurados em preciosa maquetização preñhe de buganvílias!...), nós acabamos por o folhear hoje, amanhã e depois, porque está na mesinha da sala e a Poesia entra-nos assim pela alma adentro.

Diz-se – cada vez mais abusivamente – que «burro velho não aprende línguas». E boa parte dos poetas que ilustram as páginas dos nossos periódicos já passaram, de facto, dos 50, alguns há mesmo bastante tempo já e poderão, até, nem ter passado da 3ª ou 4ª classes antigas e são capazes de escrever com erros. Portanto, poderia pensar-se que nada haveria a ensinar-lhes, porque nada eles iriam aprender. Voto contra. Daí o meu apelo: que um ou dois professores de Língua Portuguesa se disponham a organizar uma oficina para – com exemplos práticos, expliquem o que é a rima, o que é o ritmo, a melodia, os acentos... Enfim, que, sem exuberâncias nem erudições escusadas, mostrem como, sem esforço, se consegue maior beleza, se pode jogar mão a uma imagem, se pode primar pela concisão impressiva e actuante e dar



prioridade à sequência lógica das frases.

Pego aleatoriamente numa quadra que me passou sob os olhos:

*Nesse lugar que é tão especial
Meus olhos brilham de alegria
Pois já sinto por toda a parte
O “Natal” e uma grande magia.*

O lugar 'especial' é S. Brás de Alportel, citado no poema numa quadra anterior. Veja-se, para além de as aspas serem perfeitamente dispensáveis:

– É desigual o número de sílabas dos versos, e assim se perde ritmo. O 1º verso tem 9, mas o 4º tem 10, e os outros 8 cada um. Se estás a bailar e os músicos, de repente, mudam o compasso ou a valsa vira tango, tu paras, tens um momento de hesitação e o prazer da dança fica quebrado. Assim, num poema, em que os versos se embrulham em toques diversos.

– No 1º verso, o primeiro acento tónico ocorre na 3ª sílaba; no 2º e no 3º, na 2ª; no último, volta a ser na 3ª, mas acontece que temos que dar uma corrida para ir apanhar o outro (**grande**). O ritmo esvai-se, pois.

– Quanto à rima, o autor optou aqui por rimar (uma rima consoante pobre) o 2º com o 4º verso, deixando os outros brancos; não é esquema muito habitual em poesia dita popular, mas não há objecção a fazer.

A pontuação é um dos pontos sobre que importa reflectir. Amiúde, prefere-se não a usar, deixando ao leitor a liberdade de entoação, até porque escritores famosos deixaram de pôr vírgulas e raramente fazem as pazes com o ponto de exclamação. Lídia Jorge, em *O Dia dos Prodígios*, ensaiou, com mérito, a colocação da vírgula para indicar pausa na fala duma personagem, mesmo que fora do que seria gramaticalmente certo, pois, na verdade, com frequência, ao falar, fazemos pausas para dar realce ao que vamos dizer. Foi esse, o da Lídia Jorge, um válido tributo à oralidade. A meu ver, porém, no caso da poesia, eu gostaria de ver os autores mostrar que sabem utilizar a pontuação a preceito.

Portanto, no caso da quadra em análise, tendo em conta as objecções feitas, uma hipótese de alteração mínima poderia ser assim:

*Em lugar tão especial,
Meus olhos brilham de alegria!
Já sinto por toda a parte
Do Natal grande magia!*

Os 50 anos do 25 de Abril vão, sem dúvida, inspirar, este ano, muitos poetas populares. Colhi, por exemplo, esta quadra, mote para umas décimas em jeito bem alentejano:

*Ressuscita 25 de Abril
Não te deixes adormecer
Tira a cabeça do covil
Vem prá rua combater*

Personifica-se o 25 de Abril, qual guerreiro enclausurado que importa despertar. É bem bonita a imagem, singularmente oportuno o apelo. Do ponto de vista formal, em rima consoante pobre cruzada (o 1º com o 3º, o 2º com o 4º versos, em palavras da mesma categoria gramatical), peca pela ausência de ritmo. Para já, 25 tem quatro sílabas e é complicado gerir. Uma hipótese, em versos de 7 sílabas (redondilha maior), que são os mais populares de todos e os usados pelo Aleixo, poderia ser esta:

*Ó 25 de Abril
Não queiras adormecer
Abandona esse covil
Vem prá rua combater*

Dia vinte cinco de Abril
Recordamos com alegria
Acabou a opressão vil
Que em Portugal existia

Com pontuação:

*Ó 25 de Abril,
Não queiras adormecer!
Abandona esse covil,
Vem prá rua combater!*

A lembrar-me outra quadra que serviu de mote ao Carola (Manuel Afonso Gaspar):

*O 25 de Abril
Com um cravo bem florido
Veio trazer a liberdade
Ao nosso povo oprimido¹*

Era António Aleixo exímio nos jogos de palavras e essa é também uma característica da poesia popular, porque incisiva, acutilante:

*Sei que pareço um ladrão...
Mas há muitos que eu conheço
Que, sem parecer o que são,
São aquilo que eu pareço.²*

Serve, por vezes – e bem! – o duplo significado da palavra ‘pena’, que David Inácio assim glosou:

*Ao escrever com a minha pena
Sinto uma pena sem fim
A pena que a tua pena
Nunca escreva para mim³*

Por vezes, para recuperar o ritmo basta um leve retoque:

*Então estes poemas te fiz
Com ternura e emoção
Guarda-os num cantinho feliz
Dentro do teu coração*



Associação Cultural de Cascais

cascais

¹ Em *O Alentejano*, Cascais, Associação Cultural de Cascais, 2000, p. 79.

² António Aleixo, *Este Livro que vos Deixo*, vol. I, 9ª edição, Lisboa: Editorial Notícias, 1993, p. 32.

³ David Inácio, *ibidem*, p. 49.

E com o retoque ficou assim:

*Estes poemas te fiz
Com ternura e emoção
Guarda-os num canto feliz
Dentro do teu coração⁴*

2. A oficina

Voltemos à ideia de «oficina».

Num poema, anote-se, a mensagem é importante, mesmo quando veiculada em traje de aparência pobre. Também umas calças propositadamente rotas nos joelhos não deixam de salientar o encanto de umas femininas pernas bonitas.⁴ Contudo, melhor será que o traje possa acompanhar a importância da mensagem.

A comparação das pernas bonitas cobertas de calças rotas não deve, no entanto, ser levada à letra aqui, porque a poesia não vive da visão, do exterior, do que se vê, mas do que se vive através da leitura. Leitura que, predominantemente, se requer seja em voz alta – para que as ondas sonoras nos embeveçam e a mensagem se entranhe pelo que se ouve. Daí o relevo a dar à fluência do ritmo e da melodia. Por isso, a poesia se canta e, mesmo que apenas se declame, nós gostamos de ser embalados pelas palavras, sem atropelos nem tropeções. A diferença reside aí. Ora vejam-se de novo os exemplos dados – com e sem ritmo. A comparação

resultará eloquente.

Comi muitas papas de milho em pequeno. Podiam não ter qualquer condimento; todavia, se uma pequena polpa de sardinha espreitava, saltava a saliva e o prazer era maior! Assim, num poema: o ritmo, a melodia são essa polpinha edulcorante.

Objectar-se-á de imediato: mas, então, mata-se a ingenuidade, atabafava-se a voz do povo, impingem-se frases feitas! Quiçá não, porque «Não é fadista quem quer. mas sim quem nasceu fadista», muitas vezes ouvi eu, cantado pelo seu criador, o saudoso Manuel de Almeida, e o mesmo se pode aplicar aos poetas. Nasce-se poeta, é verdade. E, portanto, muitas das imagens e das ideias brotam espontâneas. Já Aleixo o proclamou:

*A arte é força imanente,
Não se ensina, não se aprende,
Não se compra, não se vende,
Nasce e morre com a gente...⁵*

Tudo palavras singelas, que todos entendem. Palavras com alma! Isso não se aprende, de facto. Brota de dentro, original... Se lhe dermos, no entanto, um toque gracioso, melhor fica.

Isolina Alves Santos não andou na escola; começou, porém, desde cedo, a olhar para a realidade circundante e a espelhá-la em cadernos que foi guardando nas gavetas da sala-de-jantar. Aprendeu a ler por si própria e, quando quisemos publicar-lhe os versos, apenas nos li-

⁴ David Inácio, *Chamaste-me Rouxinol*, Associação Cultural de Cascais, Cascais, 2008, p. 8.

⁵ Aleixo, *ibidem*, p. 63.

mitámos a corrigir os erros de escrita. Dela são estas duas quadras:

*Semeei rosas ao vento
Só os espinhos colhi.
De que serve o meu lamento
Rosas não são para mim!*⁶

Não andou na escola; sabe, porém, intuitivamente, que 'rosa' é flor, é encanto, é cheiro bom; e 'espinhos' são, ao invés, as adversidades da vida. Por isso, não nos admira – antes encanta! – que, ao ver na televisão o massacre do cemitério de Santa Cruz, em Timor, tendo por fundo o som da ave-maria, tenha ido para a mesa de jantar e haja escrito:

*Estão tão longe de nós
Ou estão perto outra vez
Porque a sua triste voz
Ainda reza em português*⁷

Que retrato melhor do drama timorense?

Aqui residirá, porventura, a grande diferença entre instrução e cultura. Na I República, havia o Ministério da Instrução Pública. Propunha-se que o Povo fosse instruído, obtivesse conhecimentos. Isso é que se considerava importante. Impingiu-se depois esse conceito de «cultura» – «Ministério da Cultura» – como se se pudesse cultivar uma terra sem se saber como a cultivar, sem se recorrer aos instrumentos adequados para obter o objectivo fixado. E os instrumentos aprende-se a manobrá-los!

Cultura é outra 'coisa'. Deriva da instrução, do que se aprende por si e através dos outros. É como que o manto envolvente. E boa parte da tua cultura se mede pelo que tu aprendeste, não é verdade? Pelo que tu absorveste. Aleixo, pouco instruído, nasceu poeta e foi a observação crítica e atenta da realidade sua envolvente que lhe burilou as palavras e lhe deu aquele inconfundível poder de síntese. Cada quadra, um tratado de Filosofia!

*Não sou esperto nem bruto,
Nem bem nem mal educado;
Sou simplesmente o produto
Do meio em que fui criado.*⁸

Como fazer então?

Uma oficina? Sim. Numa oficina, o mais relevante são os instrumentos. Servem o homem e o homem serve-se deles. Numa oficina de poesia, o instrumento é a palavra; precisa-se de a saber usar e isso aprende-se! Não há vergonha em aprender, não há instrumentalização quando se ensina a usar um instrumento: dá-se a oportunidade de o usar a seu bel-prazer, de acordo com a sua vontade. E, sobretudo, se tal lhe traz prazer e lhe parece que vai proporcionar bem-estar aos demais. Aqui reside, afinal, o primeiro papel da linguagem poética: transmitir beleza e veicular por ela ideias benfazejas. As baladas que envolveram o 25 de Abril (antes e depois) também agradavam pelo ritmado calor das palavras.

Instruamo-nos, pois. Explique-se o que é o

⁶ Isolina Alves Santos, *Semeei Rosas ao Vento*. Cascais: Associação Cultural de Cascais, 1996 (2ª edição), p. 43.

⁷ Isolina Alves Santos, *Percorri a Minha Terra*. Cascais: Associação Cultural de Cascais, 1993, p. 97.

⁸ António Aleixo, *Inéditos*, Loulé, 1978, p. 15.

acento tónico; a rima toante e a rima sonante; os versos brancos e soltos; a liberdade poética, a redondilha maior e menor; a quadra, o terceto, a quintilha, a décima (tão espontânea no Alentejo!...), o poema heroico, o haicai, o soneto... Ensinem-se! Que há imagens e bonitos subterfúgios susceptíveis de nos ajudarem a brilhar: a metáfora, a sinédoque, a alegoria, a prosopopeia...

E digam-se quais são as regras. Que o último verso do soneto deve ser a sua chave de ouro. Que o haicai, de origem japonesa, é um terceto, com 17 sílabas no total, ou seja, três versos, habitualmente sem qualquer intenção de

rima, com 5, 7 e 5 sílabas; dizem as regras que se hão de nele justapor duas imagens «uma simbolizando o tempo e outra sugerindo uma observação ou uma revelação»; compreende-se que seja, por isso, um modelo hoje ainda pouco conhecido, de não mui fácil aceitação no quadro da poesia popular. Mas... porque não?

Instruamo-nos, pois. Com a instrução virá maior cultura. E as páginas dos nossos jornais continuarão a dar abrigo aos nossos poetas, mas os seus versos, mais burilados, vão começar a extasiar-nos ainda mais!

José d'Encarnação

O MONTEPIO



Pormenor de fotografia panorâmica de São Brás de Alportel anterior a 1903. 1 – Residência e farmácia de José de Matos Casaca, mais tarde farmácia do Montepio. 2 – Residência de Miguel Dias Andrade, atualmente Museu do Traje. 3 – Rua Luís Bivar, ao tempo, toda a estrada Loulé – Tavira.

Pela década de 1960, convivia eu com o meu tio avô na Farmácia do Montepio. Muitas vezes, por recado da minha mãe, pedia-lhe “remédio para as formigas” e pó de talco.

Esse familiar, já idoso, manipulava pacientemente, à minha frente, o dito formicida exterminador, seguindo uma fórmula sabida de cor, que consistia em misturar vários componentes químicos retirados de frascos rotulados, acomodados em estantes que forravam um dos compartimentos interiores a toda a volta. A mesa de mistura ocupava o centro da sala. O

líquido era vertido num pequeno frasco trazido de casa, o mesmo de todas as vezes.

Uma quantidade estimada de pó de talco, a habitual, retirava-o com uma espátula metálica dum pote de vidro. Sobre o balcão do compartimento da frente colocava o talco numa folha de papel branco cortado à medida, das que ali permaneciam. Ao lado, numa balança fazia a pesagem de mais ou menos pó. Feito o acerto, o meu tio elaborava na perfeição metuculoso e estanque embrulho de transporte.

A Farmácia do Montepio situou-se no n.º

9-A, da Rua Dr. José Dias Sancho – a estrada de Tavira. No primeiro andar desse prédio, habitavam as irmãs Matos, Alda e Flora, sobrinhas do farmacêutico José de Matos Casaca¹, a quem pertencera o estabelecimento.

Joaquim Viegas Antonino esteve durante muitos anos à testa da Farmácia do Montepio como ajudante, quando afinal, na prática, fazia as vezes de diretor técnico – as farmácias eram obrigadas a tê-lo, mesmo que estivesse ausente e distante. Era ajudado, nesse tempo, pelo aprendiz Francisco Sancho Belchior, que se notabilizou em Faro, na Farmácia Baptista (agora no Forum Algarve), na Rua de Santo António, frente à sua congénere do Montepio, presente no mesmo local.

Joaquim Viegas Antonino (São Brás de Alportel, 01.10.1892 – 10.03.1973) foi o mais novo de cinco irmãos, filhos de João Viegas Antonino Sénior e de Maria do Rosário (Antonino). Praticou na Farmácia Machada Júnior, do seu cunhado, José Pereira da Machada Júnior, de 16.11.1904 (tinha 12 anos de idade) até 26.10.1910. Migrou para Aldegalega (Aldeia Galega), atualmente a cidade do Montijo, onde continuou a praticar na Farmácia Monte-Pio Conceição². Apaixonou-se pela festa brava, como testemunha o postal dirigido a Machada Júnior, na “Vila Nova d’Alportel” (!), escrito a 24.07.1914, trajado de toureiro, como recordação da revista “Arruma-lhe” (05.04.1914).

Terá regressado a São Brás de Alportel. A 16.05.1930, Machada Júnior participa à Direção Geral de Saúde notas de bom aproveitamento e comportamento. Presidiu à Junta de Freguesia de São Brás de Alportel em 1927.



Joaquim Viegas Antonino em 1965, aos 72 anos de idade.

Francisco Sancho Belchior, São Brás de Alportel, 04.11.1946 – Bias, Moncarapacho, Olhão, 29.01.2021. O Francisco, meu parente, era um jovem, um tanto ausente da prática. Eram conhecidas as chamadas de atenção do meu tio – “Ó Chico, vai prá Farmácia!...” Ali se formou um conceituado farmacêutico tido em conta e atenção

¹ Em 1881, a farmácia de José de Matos Casaca já vem referenciada. Natural de Mação, distrito de Santarém. Outra fonte diz-nos que José de Matos Casaca era da Mealha, freguesia de Cachopo, onde há uma rua com esse nome. Foi também proprietário de outro edifício, o da Clínica Médica de S. Brás, na Rua Gago Coutinho, 42-A. Manuel Pires Júnior veio a adquiri-lo em 1902, na então denominada Rua de São Sebastião e aí instalou a tabacaria, na primeira década do séc. XX. Por motivo de doença, o farmacêutico José de Matos Casaca vendeu a sua farmácia ao Montepio, por escritura de 30.12.1915.

² Atualmente, Farmácia da União Mutualista Nossa Senhora da Conceição, ao que apurei, fundada em 1872, localizada no mesmo local.



Postal de Joaquim Viegas Antonino, em 'traje de luces'



Carteira profissional de Joaquim Viegas Antonino



Cartão de identidade de ajudante de farmácia de Francisco Sancho Belchior

pelos farenses que o procuravam e com ele se aconselhavam, na Farmácia Baptista.

Recordo outros ajudantes da Farmácia Montepio como António de Brito, Ivone, Abílio Gonçalves dos Santos, a quem sucedeu, em 1952, Francisco Sancho Belchior.

Como miúdo traquinas, e curioso, eu calcorreava todo o estabelecimento e o longo quintal que tinha poço e jardim. Num compartimento da frente, à esquerda da loja, havia duas secretárias e, numa delas, uma máquina de escrever por descobrir. Na parede, um grande mapa da Europa aguçava a imaginação. Sentia-me con-

fortável, o ambiente era familiar.

O primeiro troço da Rua Dr. José Dias Sancho era animado por alguns estabelecimentos. Na esquina para a Avenida, a Casa Quatro Olhos, mercearia e loja de comércio multifacetado. Até vendia cromos da História de Portugal a quarenta centavos a carteira de três. Aquela maravilha desenhada a cores!

No Largo de São Sebastião, onde a rua começa, estacionavam os autocarros. Os muitos passageiros em certas horas do dia movimentavam-se neste concorrido espaço.

Ao lado do Quatro Olhos, morava a família

Porto. O Dr. Mário Porto, médico do Montepio, tinha do outro lado da rua o consultório. A placa indicava-o especialista em doenças pulmonares – auxiliado pelo temido enfermeiro Manuel Henrique, semelhante imagem do papão ou velho do saco, que demovia os mais pequenos de roerem as unhas.

Seguia-se à casa da família Porto o ferreiro Emídio Eusébio. Frente à Farmácia, a muito frequentada barbearia de João Narciso e, a poente desta, o salão de cabeleireira Bitinha, da sua filha Maria Brita, formada nesse local pela cabeleireira Bélita, que depois migrou para a Rua Luís Bivar.

Do outro lado da barbearia, o Posto do Leite, onde supostamente era analisado antes de ser distribuído pelas ruas da vila, medido com púcaros de alumínio, porta a porta. Celeste Cabeçadas, do Bengado, Julieta, da Mesquita Baixa, Eleutéria, Maria Luísa, e outras, circulavam nas suas bicicletas a pedal e a pé. Equilibravam pesadas vasilhas metálicas dentro das quais transportavam estrada fora, pela manhã, o leite ordenhado de cabras e ovelhas, que era fervido em casa antes de ser consumido. Também por ali passava o leite das vacas do Dr. Alberto de Sousa.

A encarregada do posto chamava-se Maximiana que, tal como a D. Bárbara, que habitava na rua paralela, a sul, Rua Alexandre Herculano, tinham bom jeito para administrar injetáveis em casa dos doentes. Eram prescritos pelos médicos privados da proximidade das farmácias, do Montepio, Pereira (Farmácia S. Brás) e Lázaro Costa (Dias Neves).

Tudo e todos por perto, além do Dr. Mário Porto (pai), o Dr. Virgílio Coelho, o Dr. Peres Fialho e, ao lado do Clube 1º de Dezembro, o Dr. Manuel Neves.

O trânsito era de duplo sentido, diferente dos dias de hoje, de onde o comércio quase desapareceu e grande parte do edificado a sul



Maximiana, a encarregada do posto



A Sra Bárbara que dava injecções

é ruína.

A Farmácia Montepio pertencia à Associação de Socorros Mútuos Montepio Artístico de São Brás de Alportel, organizada em forma de sociedade por quotas, que tinha por fim, segundo o art. 2.º, socorrer os sócios doentes ou impossibilitados temporariamente de trabalhar. Os socorros compreendiam assistência médica e medicamentosa e um subsídio pecuniário durante o prazo máximo de sessenta dias.

Em setembro de 1913, a Associação era presidida por Manuel António Henrique; José Gonçalves Raminhos, tesoureiro; José Nascimento Rosa Bernardo, secretário; José de Sousa Correia e Manuel Hortinha Dias, vogais.

Os socorros médicos e farmacêuticos estendiam-se à esposa ou à governante da casa do sócio, aos seus filhos menores de 16 anos e filhas solteiras ou viúvas que viviam em companhia dos pais.

No seu livro *Memórias do Povo Samsbransense*, Sebastião de Sousa Chaveca (p. 70 e 71), diz-nos que o médico do Montepio atendia, sem custos, os associados 24 horas por dia, incluindo domicílios dentro e fora da vila. A quota que os sócios pagavam para dispor de todas as regalias era equivalente ao que um operário ganhava em duas horas de trabalho. A farmácia fornecia gratuitamente aos sócios tintura, algodão, álcool, ligaduras, etc., e medicamentos a preço mínimo.

O médico receitava e o farmacêutico confeccionava (manipulava) o medicamento. Este era colocado numa “hóstia de trigo” parecida a um pequeníssimo “chapéu de palhinha”, que envolvia as substâncias químicas destinadas ao doente engolir, o que não seria fácil.

Por altura da minha primeira comunhão, confesso que o sabor era muito parecido à hóstia sagrada. O saudoso prior Manuel Coelho Gomes permitia aos mais chegados ao culto o acesso a restos disformes que sobravam da

confeção dessas outras hóstias, cujo formato circular era obtido com um dispositivo parecido ao dos selos brancos das repartições públicas. Nesse tempo, aquilo de engolir, em jejum, a seco, sem tocar com os dentes na hóstia sagrada, criou-me um problema, resolvido após treinos feitos com as antigas hóstias da farmácia.

Já existiam os comprimidos de produção industrial com dimensão reduzida. Os manipulados são, hoje, uma raridade.

Era São Brás de Alportel uma aldeia, que, antes da implantação da República, tinha o seu Montepio Artístico.

O farmacêutico Virgílio de Passos foi o grande dinamizador para a renovação desta instituição. O alvará de 1 de março de 1913 aprovava os estatutos e valorosos serviços foram prestados à população.

A 25 de março daquele ano, realizou-se uma grande festa, promovida pelos associados, em louvor das novas normas estatutárias, abrilhantada pela Filarmónica Marçal Pacheco, de Loulé. A banda percorreu as principais ruas da aldeia em cortejo cívico. Os novos estatutos foram aprovados a 30 de maio de 1938, com algumas alterações: excluía as consultas de especialidades médicas; os socorros à esposa do sócio e aos filhos eram feitos mediante o pagamento duma sobretaxa. Foram condições de admissão dos sócios: que residissem na área da Associação; que vivessem de trabalho honesto, digno e produtivo; que gozassem de boa reputação moral e civil; que não contassem menos de 15 anos, nem mais de 50 anos; que não padecessem de doença crónica.

Por essa altura, os estatutos falavam em arrendar casa para instalação da Associação, enquanto não fosse adquirida casa própria.

A 10 de julho de 1969 (por decreto de 14.10.1970), a Associação de Socorros Mútuos Montepio Artístico foi integrada na Santa Casa da Misericórdia de São Brás de Alportel. A de-



Primeiro troço da Rua Dr. José Dias Sancho, por onde a Procissão das Tochas Floridas, do meu conhecimento, sempre passou. Recordada aqui, quando o sol despontava, e já pronta para a festa rainha de São Brás de Alportel, por dois anos consecutivos ausente, 2020 e 2021, por motivo do confinamento a que obrigou a epidemia de Covid 19.

cisão foi tomada em Assembleia Geral Extraordinária presidida pelo Padre Manuel Coelho Gomes e secretariada por Joaquim Dias Rodrigues e Joaquim Marcos Pereira. O Montepio encontrava-se em regime deficitário e, para evitar a sua extinção, assim deliberaram as duas direções.

A Farmácia fechou definitivamente, tendo passado o alvará para a posse da Misericórdia, assim como o edifício “João Rosa Bea-

triz”, propriedade do Montepio, situado na Rua Poeta Bernardo de Passos. Até aos dias de hoje, ficaram reduzidas a duas as farmácias da localidade.

Nos arredores do concelho de São Brás de Alportel permanecem: a Associação de Socorros Mútuos dos Artistas de Faro; a Mutualidade Popular de Faro; a Associação de Socorros Mútuos Montepio Artístico Tavirense, em Tavira.³

³ Agradeço a prestimosa colaboração dos senhores César Correia e Abílio Gonçalves dos Santos pela informação prestada.

O significado da palavra Montepio

Montepio (do italiano *Monte di Pietà*), chamado no plural *Montes Pios*, eram instituições de caridade, privadas, de ingresso voluntário, que forneciam empréstimos de pequena monta, em condições mais favoráveis que as do mercado.

Os pobres poderiam obter dinheiro, penhorando bens, para satisfazer necessidades básicas, como ser subsidiado em caso de doença ou de prisão.

O esquema nasceu no séc. XV, em Itália, por iniciativa dos Franciscanos, como forma de combater a usura. O italiano, presbítero franciscano, Marcos de Montegallo terá sido beatificado por ter criado Montes-Pios em várias cidades.

Naquele tempo, essa prática não era permitida aos cristãos e apenas quem dela fazia uso eram os judeus, pois a sua religião permitia a aplicação de juros perante o dinheiro emprestado.

A palavra "monte" já se referia a uma caixa pública de dinheiro, para atender a necessidades financeiras como obras públicas, e a ela foi acrescentado o nome da "misericórdia" ("*di pietà*"), com o significado de caridade e solidariedade.

As circunstâncias socioeconómicas foram mudando e surgiram as caixas de aforro para incentivar a poupança entre as classes mais baixas. Igualmente entra-se no sistema de mutualismo e corporativismo, com a criação de seguradoras e bancos para suportar essa prática.

O termo "artístico", acrescentado às associações denominadas de Montepio Artístico, deve-se aos artistas (artífices e operários) que para elas contribuía. Estas instituições também tinham um papel lúdico – difundiam cultura através de palestras, de teatro, de cinema, etc.

Bibliografia:

CHAVECA, Sebastião de Sousa, *Memórias do Povo Sambrasense*, 2.^a edição do autor, 2005.

DUARTE, Afonso da Cunha, *São Brás de Alportel, Memórias I – Igreja e Instituições Religiosas*. Casa da Cultura António Bentes, São Brás de Alportel, novembro 2005.

DUARTE, Afonso da Cunha, *São Brás de Alportel, Memórias II – Terras de Alportel Casa da Cultura António Bentes*, São Brás de Alportel, janeiro 2008.

LOURO, Manuel Francisco do Estanco, *O Livro de Alportel – Monografia de uma Freguesia Rural – Concelho*, da obra original pela Câmara Municipal de São Brás de Alportel, 1986 (reedição).

Sítios da Internet consultados e de que se adaptaram alguns dados:

- <https://pt.wikipedia.org/wiki/Montepio>.

- <http://mutualismo.pt/portal/index.php/index.php?page=lerContent&idnot=69&tema=Mutualismo#conteudo>

- <https://www.redemut.pt/WebForms/Associacoes/Associacao.aspx?IdAssociacao=15>

Um quadro da vida lisboeta nos anos vinte

JORGE SAN-BASILIO UM SAMBRASENSE DESCONHECIDO



Jorge S. Basílio

Quando há dias me solicitaram que escrevesse algo sobre a cultura sambrasense, pensei imediatamente que deveria evitar nomes con-

sagrados como Bernardo de Passos, José Dias Sancho ou Estanco Louro. Estive indeciso entre o poeta João Braz Machado, o jornalista Jorge San Basílio ou um dos membros da ilustre família Passos: a escultora Rosalina, o escritor Boaventura ou o professor Virgílio.

Dadas as minhas afinidades com a imprensa, escolhi a figura mais apagada daquelas que acabo de citar: o jornalista Jorge Máximo de Sousa Basílio.

Foi efectivamente um homem singular, mas obscuro, que a vida dotou de fracos recursos, sacrificando-lhe a existência numa penosa luta da qual sairia ingloriamente derrotado. Nasceu em S. Brás de Alportel a 4 de julho de 1896, no seio de uma família modesta que, vendo-lhe concluída a instrução primária, o empregou como praticante de farmácia. A sua educação integra-se nos princípios da religião católica e no conservadorismo do regime monárquico. E quando o João Rosa Beatriz aclamava a República o nosso aprendiz de Botica fazia versos e escrevia cartas de amor às moçoilas bem trajadas. Em breve percebeu que a democracia na freguesia não ia tão longe. As herdeiras dos negociantes da cortiça, cuja fortuna fazia inveja por todo o concelho, não estavam destinadas a qualquer simplório lá do burgo.

A necessidade de afirmação do jovem Basílio, a sua vocação para as letras e a amizade do patrão – o farmacêutico Agostinho Mora Faria – explicam o facto de, com apenas 16 anos, vir a público como director de um semanário lo-



cal intitulado "O Algarvio", cuja fundação data de 17-3-1912. Um mês depois, os mentores da aventura jornalística aperceberam-se de que o rapaz era menor, substituindo-o no cargo de director pelo seu patrão, na verdade o alter ego da iniciativa e o instilador do carácter venenoso e polemicista das suas colunas. A sua origem prende-se com o facto de, em 6 de janeiro desse ano, os republicanos, do Partido Democrático de Afonso Costa, haverem fundado o semanário "Ecos do Sul", sob o patrocínio de Manoel Enrique Frade e da batuta do Dr. José Baptista Gomes e do prestigiado novelista Boaventura Passos.

A reacção católica e monárquica, temerosa

das perseguições e excessos que lhe poderiam advir do novo regime, utilizou a humildade de alguns jovens talentos – como Jorge S. Basílio – para atacar, da forma mais veemente, as hostes adversárias que se acolhiam nas colunas do "Ecos".

Os artigos com que o jovem redactor sancava no burguesismo dos novos-ricos e no agnosticismo republicano – condimentados no mais bilioso estilo polemicista – evidenciavam a sua tão natural quanto rara facilidade de expressão, numa ligeireza das formas e das palavras em que espelhava a subtileza de espírito, incomparável graça e mordaz sarcasmo de um publicista de talento. Devido ao seu carácter

prestável e voluntarioso, acrescido da sua prosélita defesa da causa católico-monárquica, houve logo quem, nessa altura, o cognominasse de Jorge São Basílio, em resultado da abreviatura com que firmava os seus artigos no jornal. A falta de pergaminhos elitistas levou-o a transformar o jocoso epíteto numa espécie de aristocrático pseudónimo – Jorge de San-Basílio, com o qual se tornaria conhecido e admirado na imprensa lisboeta.

A experiência jornalística de "O Algarvio" (que as circunstâncias da época extinguíram em 28-7-1912) revelar-se-ia, no seu espírito moço, tão fugaz quanto traumatizante. No fundo, aspirava libertar-se daquela que foi, em tempos, a "capital da cortiça" – responsável pelo fornecimento à indústria transformadora de 50% da produção nacional – a cuja prosperidade económica ficou também a dever a sua elevação a concelho em 1-6-1914.

Todavia, essa riqueza devido à sua má distribuição era mais aparente do que real. A concentração dos capitais de investimento em escasso número de famílias, cujo espírito de iniciativa era não só bastante retraído como pouco inovador, permite-nos visionar, à distância dos nossos dias, quão difícil era vencer numa sociedade rural em vias de desenvolvimento urbano. Numa terra cujo comércio retalhista possuía 246 lojas, das quais 5 eram farmácias e cerca de 200 eram tavernas, facilmente se compreende que nela campeava o alcoolismo e muita pobreza envergonhada. Perante este quadro, algo negro para os olhos de hoje, logicamente não abundavam as oportunidades de trabalho no foro das letras, sobretudo no jornalismo. Outra coisa não seria de esperar numa população que, em 1911, tinha um índice de analfabetismo da ordem dos 77,8% e apenas 2856 pessoas que sabiam ler. Um povo alheio à instrução e às coisas da cultura não era boa companhia para um jovem tão promissor como Jorge San-Basílio.

A solução destes casos tem sido, tanto no passado como no presente, sempre idêntica – a emigração. Umaz vezes voluntária outras de circunstância ocasional (como é exemplo o serviço militar), o certo é que os jovens saíam das suas terras de origem em direcção aos centros populacionais, buscando aí melhores condições de vida e de sucesso económico. Quando assim não resultava, então rumavam para o estrangeiro. A Europa, a bacia mediterrânica e as terras de África eram, ao tempo, os principais pólos de atracção emigratória.

O Jorge de San-Basílio não fugiu à regra. Emigrou para Lisboa. Na capital, fez de tudo um pouco e conforme as oportunidades. Trabalhou no comércio, foi empregado de escritório, escreveu nos periódicos e fez-se jornalista sempre que lhe sorriu a ocasião. Nos altos e baixos afogava as mágoas no álcool. Era a marca das origens.

Relacionou-se, aqui e ali, com toda a espécie de gente. E, em alguns casos, conviveu com quem já tivera pretensões na vida. Foi amigo de poetas, artistas e escritores, políticos, anarquistas e aristocratas, tuteando com a malta da Lisboa fadista. Sobreviver, com um mínimo de dignidade e orgulho, era o seu objectivo mais imediato.

A sua prosápia, ar soberbo e superior, elegância de gesto, finura no trato e argúcia de argumentação, conferiam-lhe uma presença de espírito a que os sobejos da causa monárquica se faziam rogados. Nunca encontrei justificações para o seu conservadorismo nem para a sua fidelidade monárquica. O certo é que nos anos da guerra – em que o regime republicano se faz reconhecer internacionalmente e se afirma irreversível aos olhos da Europa – o Jorge San-Basílio aparece pela primeira vez ligado à política. Fez-se sidonista.

O pesado esforço de guerra, impopularizado pela sangria dos constantes recrutamentos,

trouxe à evidência a necessidade de um golpe reaccionário que estancasse o sangue derramado nos campos da Flandres. O governo não aguentou as pressões internas e caiu às mãos do germanófilo Sidónio Pais. O sebastião general surgiu aos olhos do povo como antiguerista e pretensu pacifista. A reacção católica e monárquica arvorou-o como seu estandarte. Em breve, a revolução sidonista acabaria legitimada pela vontade popular. E à boca das urnas nunca um presidente obteve tão esmagadora vitória eleitoral. Entre os seus apoiantes estava o Jorge de San-Basílio, escrevendo comunicados, publicando manifestos, lançando boatos, abrindo sedes e Centros de Juventude Sidonista. Era o movimento da euforia nacional. A ditadura voltara e o povo tacanho rogava ao Presidente que se fizesse Rei!

Mas, no dia 12 de dezembro de 1918, à porta da estação do Rossio, o Presidente-Rei seria abatido a tiro. Extinguia-se, deste modo, o sonho restauracionista da facção monárquica e apagava-se mais uma quimera sebastianista, das muitas que ilustram a nossa história. Era o desalento geral. Fugiu cada um para seu lado e o movimento sidonista esfumou-se quase sem deixar rasto.

Jorge San-Basílio partiu para o Brasil, onde procurou refúgio e certamente a fortuna, que nunca lhe sorriu. Não era um homem de sorte. As portas não se abriram à sua passagem e a ruína não tardou. Resolveu regressar, à pressa e quase à míngua. Em Lisboa, recomeçava tudo de novo: jornais, tabernas, boémia e fado. Estava no seu ambiente.

Por volta de 1919, soube da existência em Faro de um jornal cujo título era idêntico àquele que dirigira em S. Brás de Alportel. Ainda por cima, arvorava-se como "órgão de propaganda autonomista", o que lhe agradava sobremaneira. Enviou logo um artigo e prometeu outros, que não chegaram à estampa. Dirigiam

O Algarvio de Faro os jovens estudantes do Liceu Jacinto da Cunha Parreira e Mário Lyster Franco. A este último ligar-se-ia dois anos mais tarde numa profunda amizade, repleta de tropeias e diabruras, mais descabeladas do que as dos repúblicos de Coimbra. Ouvi-as contar de viva voz ao Dr. Lyster Franco e de algumas delas guardo breves relatos num livro de memórias



Mário Lyster Franco na rua

que, desde 1984, aguarda um editor.

Sem nunca ter logrado obter uma vida desafogada, o certo é que San-Basílio, desde que passou a acompanhar o jovem Mário Lyster Franco, então estudante de Direito, deixou de sentir os insultos da miséria a que envergonhadamente se sujeitara. Tornaram-se companheiros inseparáveis. Os "cobres" de um e os conhecimentos do "meio ambiente" do outro fizeram-se notar na sociedade lisboeta. De dueto passaram a terceto com a adopção do Ferreira de Castro – nessa altura ainda incipiente contista e folhetinista de jornais e revistas baratas. Aumentaram depois para quarteto com a adesão do Eduardo Frias, também ele jornalista promissor e futuro novelista de mérito. Por fim, tinham já uma tertúlia com o Artur Portela, o escritor Assis Esperança, o poeta Silva Tavares, o actor Eduardo Freitas, o jornalista Agostinho Paulo, e outros, mais ocasionais do que "fixos".

Fizeram coisas do arco-da-velha. Conveneceram o Eduardo Frias a entrar na Jaula dos Leões, correndo o risco de ser devorado, só para vencerem uma aposta que o desgraçado desconhecia. Durante o Verão, e sem que alguém disto soubesse, venderam ao "prego" os cobertores da pensão. Inventavam as maiores mentiras à porta da Brasileira, e não raras vezes lançavam uns "ditos" viperinos a certos peraltas das letras, que deixavam o velho Gualdino Pais – o rei dos sarcastas – com ataques de riso. Outras vezes, espicaçavam o orgulho de ginasta e acrobata do ainda desconhecido pintor Almada Negreiros, que, quando não achava piada às gracinhas, ameaçava vingar-se com os punhos. Ao poeta António Botto não poupavam gracejos, piropos e até pequenas quadras algo indecorosas, acerca das quais, aliás, viriam a pedir-lhe perdão. No lago da casa do Prof. Coelho de Carvalho – emérito Presidente da Academia

das Ciências – roubavam magníficos peixes vermelhos, gordas carpas para os lautos jantares na pensão do Ferreira de Castro. Enfim, uns inocentes boémios, sem outra maledicência que não fossem simples homenagens a Baco e ao convívio prandial.

Não se lhe conheceram paixões, mas, se as teve, não as confessou. Nessa altura, o "amor mercenário" entre os jornalistas era causa comum. Disso foi exemplo o próprio Ferreira de Castro – a quem chamavam 'o brasileiro', não só pelo sotaque como ainda pela forma de vestir – a quem não escapavam as mais tenras aquisições do Bairro Alto.

Parece que a única paixão do San-Basílio eram as gravatas. Perdia a cabeça quando visionasse nas montras da Baixa uma gravata bonita. Os tons de azul eram a sua perdição. Podia não ter um centavo no bolso, mas arranjava logo maneira de a trazer ao pescoço. O casaco podia estar puído, as calças descosidas, o colarinho coçado e sebento, as peúgas rotas, os sapatos descambados... Mas a gravata estava sempre impecável! Era o seu cartão de visita – dizia ele.

Já que falamos no Ferreira de Castro, importa lembrar que foi grande amigo de Jorge de San-Basílio e com ele conviveu nas redacções de alguns periódicos lisboetas. A certa altura, um velho amigo de San-Basílio, o jornalista e visionário colonialista Simão Laboreiro – grande animador da produção de borracha na Lunda – decidiu fundar um novo jornal monárquico (sucessor do *Tempo* que a população lhe saqueara e a polícia mandara encerrar) com o título *A Palavra*. A intenção era idêntica à do órgão anterior: enaltecer a monarquia e atacar a república. Inspirava-se no sidonismo, a que também pertencera o órgão anterior. Mas agora dizia-se apenas monárquico e apartidário. Para

redactores convida o San-Basílio, o Ferreira de Castro, o Eduardo Frias e o Mário Lyster Franco. Instaladas as oficinas e a redacção, entregou aos quatro a decisão de elegerem entre si os corpos directivos.

A experiência no ramo deixava ao Ferreira de Castro e ao San-Basílio a disputa do cargo principal. Porém, ao Ferreira de Castro nem se lhe admitiam dúvidas. Tinha nome feito. Fundara a revista "A Hora", publicara já um livro ("Mas...", 1922), colaborava no "ABC", enfim... era ele o director e não se pensava mais no assunto. Meteu o braço no Eduardo Frias e saiu porta fora. O San-Basílio nem teve tempo para esboçar as suas legítimas pretensões. Ficou possesso de raiva.

Praguejando e esgrimindo argumentos, jurou vingar-se, enquanto ao lado do Lyster Franco descia a Calçada do Duque até ao Café Itália. Sentaram-se nas mesas do fundo para que se abafassem os vitupérios. Dali a nada chega o jornalista Agostinho Paulo, que, perante a excitação do colega, não esboçava o mínimo gesto. O tom das ameaças lançadas pelo San-Basílio ao Ferreira de Castro crescia de proporções. Sangue, dentes e pisaduras era o mínimo que se antevia no primeiro encontro.

Mas eis que a realidade apressa as fantasias do destino. O Ferreira de Castro, jogando agilmente a sua bengalinha de brasileiro, entra no Itália com o Eduardo Frias em amena cavaqueira e dirige-se ao balcão, talvez para comprar cigarros. Divisam o grupo na mesa do fundo e fazem-lhes um aceno com visível boa disposição. O San-Basílio estava no ponto. Levanta-se num repente e dirige-se velozmente ao Ferreira de Castro. Antevia-se uma triste cena de pugilato. Mas não! Segreda-lhe qualquer coisa ao ouvido e regressa na maior calma para junto dos companheiros.

O Lyster Franco ficou passado. Perguntou-lhe porque não consumara as suas ameaças, ao que ele respondeu em tom enraivecido: «Fui dizer ao Ferreira de Castro que lhe queria bater, que o queria esfacelar, mas que não posso levantar os braços porque tenho os sovacos rotos.»

E ninguém se riu... porque até era verdade!

No fundo, a amizade era mais forte do que as vaidades e ambições pessoais. A vida, sempre tão imprevisível, manteve-os mais ou menos unidos ou, pelo menos, em permanente contacto. Todos singraram...

Porém, da tertúlia do Café Itália o menos afortunado sempre fora o San-Basílio. Apesar de tudo, parece que lhe encomendaram, em 1927, um livro, que teve como título "Um Problema Nacional – A questão do jogo sob os aspectos moral, económico e fiscal".

Da sua, algo penosa, "via sacra" através dos periódicos lisboetas merece especial destaque a passagem pel'A Capital, A Situação e O Século. E na redacção deste último vespertino lograra conquistar o seu lugar à custa de muito talento, dedicação e esforço.

Quando nada o fazia prever, eis que acontece uma desgraça. Desiludido com a vida, abandonado e esquecido no catre de umas águas furtadas dum velho prédio da Lisboa pombalina; deprimido pelo álcool, sem meios de subsistência e alucinado pela febre que lhe incendiara o cérebro, com apenas 36 anos de idade, nesse fatídico 10 de novembro de 1932, lança-se da janela de um 4º andar, numa incontida vontade de acabar com a penosa existência, através do suicídio. Não resistiu aos ferimentos. Morreu, ali, no chão húmido da calçada, um ser humano de obscura existência, cansado da solidão.

Pobre San-Basílio, humilde e apagado... permanece ainda esquecido.

POR ESTE RIO ACIMA, OS BÁRBAROS



Júlio Martins Negrão na cerimónia oficial de doação de parte do seu espólio histórico à Câmara Municipal de São Brás de Alportel.

Descia do apartamento do primeiro andar e vinha ter connosco a um quiosque que abria nos meses de calor em frente ao prédio dele. Via-o muitas vezes sentado num banco de jardim que a esplanada abraçava nas noites de verão. Lembrava-me dele de São Brás. Tinha uma vaga ideia de o ter visto por lá.

Um corpo miúdo, o rosto esguio. Uma perna dobrada sobre a outra como se fosse um fio de arame. Os dedos longos. Teria noventa anos ou muito perto disso. Lembrava-me o Eugénio de Andrade. Não tanto o poeta, mas a ideia que eu fazia de uma representação que me ficou na

memória dele.

Não participava quase nada nas conversas. Era sobretudo ouvidos. Aconteceu ficar sentado ao lado dele e, por vezes, falar-me em teosofia e em outras coisas do oculto. No entanto, não se adiantava em grandes considerações. Talvez não fosse o ambiente certo.

A primeira vez que coincidimos à mesa, depois de ele ter abandonado a roda de amigos (ia para casa a uma hora certa, já não sei dizer se às dez horas se às onze) perguntei por ele. Contaram-me algumas tragédias pessoais, disseram-me do seu republicanismo medular e

dos livros.

Alguém mais prático informou que, apesar da idade ia todos os dias para São Brás, de autocarro. Devia ser a única pessoa que fazia aquela carreira. Tinha um salão de cabeleireiro antigo numa rua do centro.

E foi só então que uma série de leituras, referências e ligação se organizaram na minha cabeça para dar um rosto a um homem que eu conhecia de algumas conversas.

Uma pessoa que me falava muito dele era um homem que conheci em Faro. Quando se deu a invasão de Goa, em 61, percebeu o rumo que o país ia levar. Como estavam em idade de cumprir o serviço militar e teve a premonição que iria cair num campo de batalha saiu um dia de casa, como fazia todas as manhãs para ir trabalhar, e três ou quatro dias depois estava em França a pedir abrigo numa embaixada estrangeira.

Esse homem falava-me muito de um barbeiro de São Brás que visitava sempre que estava cá. Vincava o seu anticlericalismo e repetia-me algumas histórias mirabolantes que se contavam na barbearia. Dignas, segundo ele, de figurar num fabulário satírico e fantástico.

Esse homem que conheci exilado mesmo no seu país esteve sempre ligado pelo gosto e pela profissão à área das artes e das letras. Em Paris, vivia na mesma rua do escritor Michel Houellebecq e contava-me algumas histórias dele. No entanto, referindo-se ao tal barbeiro nunca me falou dos livros.

Creio que foi o próprio Júlio Negrão que me disse, uma noite em que a conversa derivou para os livros, que tinha cedido o seu espólio à

autarquia de São Brás. Pela boca de outros amigos sabia da existência dessa coleção valiosíssima embora, à altura, não distinguisse, na rua, o senhor Júlio de outra pessoa qualquer.

Há um ano ou dois deixei de o ver sentado nas noites de verão no banco de jardim da avenida em frente ao prédio onde vivia. Alguém me disse que perdera faculdades e um familiar o tinha vindo buscar. Se ainda tinha alguns livros ali em casa não souberam dizer-me. Mas era provável que sim.

E do senhor Júlio não soube mais nada até que um dia destes alguém me disse que a biblioteca dele, panfletos, anúncio, cartazes, opúsculos e tudo aquilo que tinha reunido durante a vida tinha ficado destruído. Foram dar com as coisas numa arrecadação por cima do salão de cabeleireiro molhadas e roídas pelos ratos. O telhado abateu e ficou tudo destruído.

Asseguram-me que se perderam publicações raríssimas. Para a história local foi uma perda irreparável como tantas outras que se repetem há tanto tempo e ninguém sabe quando terminarão. E ninguém sabe quando...

Por este rio acima, os bárbaros, jogando aos pequenos oportunismos das coisas públicas, sacando uns subsídios aqui, fazendo uns favores além, procurando transformar papéis de que nunca quiseram saber em automóveis ou em fichas de casino.

Por este rio acima os bárbaros jogando posições, contando votos, lendo muito as cadernetas bancárias, regendo-se por expedientes burocráticos, avaliando doações pelo espaço disponível nas reservas, poupando muito em literatura e em artes para poder gastar

em festivais.

Por este rio acima os bárbaros a preocupar-se apenas se faltarem tremoços para acompanhar cerveja nos bailes, a poupar os bancos dos cineteatros nas peças de teatro e de dança mas

sempre dispostos a gastar a sola dos sapatos nos carnavais do ócio e do negócio.

Por este rio acima, enquanto as águas secam, nós os bárbaros incendiando as margens.



1.º de Junho de 1985. Júlio Martins Negrão discursa no cemitério de São Brás de Alportel em alusão a João Rosa Beatriz, fundador do concelho. À sua direita, António José Pires Bica, presidente da Câmara Municipal, entre outras individualidades que habitualmente se associam a esta tradicional romaria de homenagem.

SÃO BRÁS DE ALPORTEL, «TERRA DE CORTICEIROS», E A CORRENTE EMIGRATÓRIA PARA A ARGENTINA



Pausa do almoço na faina dos corticeiros

Quem tenha, por muito distante que seja, alguma ligação familiar com São Brás de Alportel, sente-se envolvido também com a indústria corticeira. Há sempre um elo a estabelecer esse denominador, desde a posse de terrenos onde cresce o sobreiro até ao fabrico, sem esquecer as actividades intermédias.

Por isso, e bem, São Brás de Alportel é, verdadeiramente, a catedral da actividade corticeira, como escreveu no seu mais recente livro,

S. Brás de Alportel, Terra de Corticeiros, esse «sambrasense» de adopção, que é César Correia, natural da vizinha Santa Catarina da Fonte do Bispo.

Poucos, muito poucos mesmo, como ele – o mais famoso dos poucos árbitros internacionais de futebol de origem algarvia – o poderia ter escrito, já que César Correia foi nado, criado e vivido na indústria da cortiça. O pai, sempre lembrado, o industrial e vereador António Correia,

abriu-lhe os caminhos para uma actividade que levou o nome de São Brás de Alportel por esse mundo fora.

As rolhas para as garrafas de algumas das mais cotadas bebidas internacionais nasceram do labor das gentes «sambrazeiras», desde o cérebro do fabrico ao mais simples dos destemidos operários corticeiros.

Verdade é que todos nós, os que temos alguma costela deste concelho – criado, é sempre bom lembrar, em 1 de Junho de 1914, pelas razões que o levaram à sua separação de Faro (a freguesia, que o era, de maior rácio de fiscalidade), obra de um punhado de verdadeiros políticos, paladinos do espírito republicano (João Rosa Beatriz, os Passos, João da Silva Nobre e tantos, tantos outros mais) – temos alguma ligação à cortiça.

No meu caso pessoal, tenho como matriz duas vertentes: a dos Nunes, do venerado e sempre lembrado «patriarca» Tio Manuel Nunes, nos Machados, e a dos Silvas, mestres na arte do arrancar da camada dos sobros, da Ribeira do Alportel. De ambas me vêm laços que se fundiram com a gente da beira-ria, da «Ribeira», na capital algarvia. E mesmo nesta temos indicação de membros ligados ao sector.

Foi o caso do meu tio Luís Suspiro, casado com a corticeira «Tia Maria João», que tinha o seu fabrico e era irmão de um dos maiores pianistas farenses e mestre na arte da afinação de pianos, que era Mestre Suspiro, invisual, resi-

dente na Rua Gil Eanes (vulgo Rua da Parreira). Foi o caso da «tia Maria Gertrudes», também originária dos Machados, que foi «manageira», como sempre a ouvimos referir, da famosa e desaparecida Fábrica de Cortiça Cosp, na zona farenses do Ferregial (Bom João de Baixo – perto da passagem ferroviária).

Já na parte da produção, da propriedade de herdades alentejanas onde crescia o sobreiro, recordo essa figura sempre inesquecível do primo José Pedro Guerreiro, a quem mutua e fraternamente nós tratávamos por «montanheiro», casado com a prima Julinha e pais da distinta sambrasense e dedicada colaboradora desta publicação, Dra. Júlia Guerreiro Neves, residentes que o eram nas imediações do Museu do Traje, na Estrada de Tavira.

Quanto ao ramo da Ribeira do Alportel, os Silvas, eram mestres conhecidos por todo o Algarve e Alentejo, na arte de arrancar a cortiça e por isso contratados, ano após ano, para o fazerem em herdades, que se estendiam, e não só, por essa vasta Serra do Caldeirão. Foi graças a umas férias inesquecíveis passadas no Alportel, em casa destes primos, quando adolescente, que conheci toda a região profunda entre a vila e toda a zona que vai até à Ribeira do Vascão.

Mas ainda na origem machadense recordo, sem ter delas qualquer lembrança de memória, duas tias, a Basília e a irmã (cujo nome não me ocorre), que cedo foram para Alhos Vedros, então em plena efervescência corticeira.



Instantâneo da esgalha da cortiça

ra e donde emigraram para a Argentina, onde casaram e morreram. Esta nação sul-americana era, então, o «El Dorado» para muitos sambrasenses, cujas origens ainda ali perduram, como destas familiares, no estado argentino de Comodoro Rivadavia.

Para ali emigraram também, em busca de uma vida melhor, o avô e o pai do conhecido industrial de restauração (A Adega do Nunes),

o primo João Nunes, o último dos quais um parente a quem me une uma profunda saudade, o «Marcílio», pai do João.

Razão plena tem, pois, o César Correia nesta sua monografia *Brás de Alportel, Terra de Cortiçeiros*. É que todos, mesmo que por ínfima parcela de familiaridade, os que nos encontramos em ligação com São Brás de Alportel temos algo a ver com o mundo da cortiça!

O JANTAR DO BISPO

O palácio episcopal de São Brás de Alportel é de grande nobreza. Isso me disse o senhor bispo de Faro, que tem por hábito passar aí uma temporada no verão.

O edifício é de piso térreo, mas os seus janelões e a grande porta de madeira trabalhada dão-lhe a necessária distinção. No seu interior tem um salão que, sem ser principesco, é o suficiente para a receção dos grandes dignitários e notáveis da terra. O escritório é sóbrio e luminoso, com belas estantes e quadros com cenas da vida de Cristo. Os quartos são muitos, pois neste paço se acolhem os sacerdotes de passagem para outros locais. Por fim, a saleta e a casa de jantar, com a sua mesa de pau-santo, as doze cadeiras a toda a volta e as duas janelas debru-

çadas sobre o jardim. Esta era, definitivamente, a divisão preferida do senhor bispo ou a que lhe trazia melhores recordações.

O palacete, aninhado no meio do jardim, convidava então ao repouso e à reflexão, à sesta, à modorra e a leituras demoradas. Da sua grande fonte, encimada por pequena e elegante cúpula, brotava a tranquilidade das águas, a correr das suas oito bicas. Estas serpenteavam depois, em estreitos regos de pedra, que desaguvavam num tanque. Nas tardes soalheiras, subia o bispo a pequena escada da fonte e quedava-se numa observação atenta de toda a envolvência, o lago dos peixes, as flores de variegadas cores, a alameda de freixoeiros, o pombal e, mais ao fundo, o pomar.



Nas tardes soalheiras, subia o bispo a pequena escada da fonte e quedava-se numa observação atenta de toda a envolvência...

Era uma tarde de domingo. O bispo dormitava na saleta, num amplo cadeirão de veludo, suficiente para a sua significativa envergadura. A barriga, algo proeminente, ondulava ao sabor da respiração sonolenta. O ar era percorrido pelo aroma delicioso do jantar que, na cozinha, fervilhava ao lume. O bispo sorria.

Dizia-me o bispo. Nada me agrada mais, nas minhas tardes de verão, do que o jantar preparado pela minha cozinheira. Na verdade, passo o ano a sonhar com essas soberbas refeições! Ou quase, afirmava, numa gargalhada. A variedade é muita e tudo me apraz: bacalhau, carne de gado, passarinhos de esparrela, ervilhas, ovos, batatas cozidas, fritas ou salteadas, as saladas do verão, o queijinho a rematar, o bom vinho. Duas e meia, jantar na mesa. E quem diz jantar diz ceia, igualmente deliciosa!

Era uma tarde de domingo, em finais de julho. O bispo sorria, embalado pelos aromas que lhe chegavam da cozinha. A missa, logo pela manhã, cansara-o um pouco. Talvez por isso pensasse agora na perturbação que se vivia no reino desde a revolução de 1820. O ataque ao poder do rei e da Igreja causava-lhe alguma preocupação. Por fim, suspirou e voltou a dormir.

Lá fora, entretanto, um batuque inusual soou inesperado, *toc, toc, toc*, cadência de martelo em parede de alvenaria, *toc, toc, toc*. Por vezes, um esboroar de pedra e estuque. E o bispo despertou, incomodado. Mas quem trabalha num domingo? Pode lá ser, na minha própria casa?! Que tempos estes, de descrença e sacrilégio! Malditos liberais, maldita revolução! Levanta-se então o senhor bispo, atordoado de sono e desloca-se, bamboleante, porta fora.

Que barulheira é esta? Zacarias! És tu que trabalhas num domingo? Mas ninguém responde.

Estranhamente, novos barulhos se ouvem agora, vindos de acolá, do pomar ou do tanque. O bispo, irritado, avança em largas passadas, por entre as árvores carregadas de frutos. Mas, toldados os sentidos e o são equilíbrio pelo seu desabrido estado de espírito, cai de chofre, estatela-se no chão.

O moço Zacarias espreita e ri, de si para si, zombeteiro. Pensa. Hoje sou eu quem come o jantar do bispo. Gordo como está, nem tão cedo se levanta! É para saber como elas mordem! E, sorrateiro, dirige-se ao paço.

Na copa diz para a cozinheira. Maldito do bispo que só faz é comer e o povo é que lhe enche a pança, com o dízimo e mais esmolos e esmolinhas! Cala-te, Zacarias, que Deus te castiga! De onde te vêm essas ideias? Andas a arranjar lenha para te queimares! Vai-te já daqui! Que queres tu? Comer o jantar do bispo, é o que quero! Tira daí o sentido, moço do Diabo! Vais ver se não o como!

Verdade se diga que a cozinheira, de seu nome Mariana, não deu grande importância àquela altercação com o Zacarias, pois que era coisa habitual. Feito o jantar, saiu com uma canastra e dirigiu-se ao pomar para apanhar frutas, que o bispo sempre gostava de as ter na mesa.

Ao ver sair a cozinheira, correu Zacarias para ir buscar um cabaz, onde pudesse levar escondida a panela do jantar.

Entretanto, estava o bispo, meio atordoado, caído no chão do pomar. Mas, ao sentir o cheirinho a ensopado de borrego, depressa se recompôs. E, possuído de súbita energia e desenvoltura, levantou-se de um salto e correu para a

cozinha. Aí encontrou Zacarias que havia levantado a tampa da panela e espreitava o apetitoso ensopado. Assustou-se este com a chegada do bispo e deixou cair a tampa com grande estrondo. Então, Zacarias, hoje és tu o cozinheiro? Não, senhor bispo, foi a Mariana que me pediu para vigiar o jantar, que ela foi à fruta. E este cabaz para que é? Também vais à fruta? Sim, senhor bispo, também vou à fruta. Ia já a sair. A sua bênção. Deus te abençoe, Zacarias.

Terminado o jantar, recostou-se o bispo na cadeira de alto espaldar. Descansou o olhar satisfeito no panorama bucólico do jardim. Eis o paraíso na Terra, pensou. Que haja temor a Deus e respeito pela Igreja, é o que se quer, é o necessário, para que se mantenha uma salutar harmonia no corpo social. Cada um no seu lugar. Estas revoluções, estes malfadados *malhados!*...

Traz a amarguinha, Mariana!

Cristina Mendonça Neves

POR MONTES E VALES ATÉ PARISES

Serra de São Brás de Alportel, terras encantadas, tal como os mouros que as povoaram, escondidas entre os ramos formosos dos sobreiros, cobertas por uma casta e aconchegante manta verde-acinzentada de estevas, que celebra a chegada da primavera com a explosiva festa de branco das papoilas, amarelo do tojo e lilás do rosmaninho.

Falamos dos montes e vales deste conceito, da serra, do seu ar fresco que nos limpa a alma, dos cheiros, dos sons e das cores. Então, e... as pessoas?

São poucas as que lá vivem, mas houve muita vida por aquelas paragens, muitos sonhos, alegrias e tristezas, muitas histórias contadas e por contar. Cada pedra nos muros das azinhas conta uma história, um propósito. Cada número gravado num sobreiro guarda um sonho, uma esperança. Cada poço, segredos, risos e confidências...

Por tudo isto, hoje, queria lançar-vos um desafio, um convite: venham comigo.

Deixem tudo, tragam só os olhos e o coração e vamos até aos Parises na década de cinquenta. Encontramo-nos no Ribeirão (onde agora é a fábrica de móveis Beirão), às seis da manhã. Temos dois burros e uma mula à nossa espera. Vistam roupa quente porque vai estar um gelo. Janeiro é um mês frio e nos corgos, então, até corta.

A aurora ainda vem longe, o céu está escuro, a lua há muito que se pôs. Levo na mão uma lanterna a petróleo. A luz é boa, tive o cuidado de limpar o vidro com cinza ontem à noite e coloquei também uma torcida nova. Verifico pela última vez os alforges da minha montada, um burro cinzento de idade indeterminada mas de



Sobreiros, Parises, 2024

aspeto robusto.

Sim, tenho umas cartas para deixar na venda. Têm selo da Argentina e de França. Devem ser de pessoas que para lá foram trabalhar e que escrevem à família. Há também uma do tribunal e duas com letra muito cuidada e sem remetente, certamente namorico. Tenho ainda uma barra de sabão azul, açúcar, um cartucho de café, que a senhora da mercearia cuidadosamente acomodou num cone de papel pardo e duas tabletes Regina. São para uma família de gente muito simpática que me acolhe sempre com muito carinho.

Tudo a postos, tomamos o caminho do Bico Alto. Caminhamos em silêncio, só se ouve o som das ferraduras nas pedras e, de vez em quando, o pio de uma coruja, das nossas bocas e das bocas das montadas saem nuvens de fumo. Está um frio de rachar. Depois do Bico Alto, descemos em direção a Pero de Amigos e Cortelha. Descemos, depois subimos e voltamos a descer para logo começarmos a subir.... Na berma da estrada, as ervas parecem prateadas, em alguns sítios mais abrigados do vento, cobertas pelo manto branco acinzentado da geada. Chegados ao monte da Cortelha, ainda está tudo adormecido. Adivinham-se as velhas telhas cobertas de líquenes brancos e amarelos. Algures de uma casa chega-nos o canto de um galo madrugador a avisar a auro-ra. Um cão amistoso vem receber-nos de cauda a abanar e acompanha-nos até à saída da



Fonte da Várzea do Velho, 2024

pequena povoação.

O Sol começa a pintar de anil o horizonte quando passamos pela Várzea do Velho. Das chaminés saem acolhedoras colunas de fumo, ouvem-se passos, sons de animais e vozes. Não conseguimos perceber o que dizem porque seguimos pela cumeada, a poente do monte. Paramos na fonte para dar de beber aos animais e bebermos também pelo cocharro pendurado numa das paredes de pedra, num gancho de pau. As bestas não querem, está gelada, e nós também não, mas aproveitamos para encher as nossas cantarinhas, podem fazer falta, nunca se sabe.

Antes de voltar a subir para a minha montada, endireito a albarda e aperto a sabocarga. Gosto de me sentir seguro. Pego na arreata e com um suave toque de calcanhares seguimos viagem. Já caminhamos há três horas, estamos quase a chegar aos Parisés. Dói-me o traseiro e tenho as mãos dormentes do frio, mas sinto-me tranquilo, contente.

O Sol já nasceu. Há já algum tempo que apaguei e guardei a lanterna. A suave luz da madrugada mostra-nos as umbrias e as soalheiras lavradas e semeadas com trigo, centeio, aveia e tremoços. Só os últimos já nasceram, bordando o castanho da terra lavrada com pequenos tufos verdes. Ainda bem que o trigo, a aveia e o centeio não nasceram porque, segundo o velho ditado, “Em janeiro sobe ao outeiro: se vires torrear, põe-te a cantar; se vires verdejar,

põe-te a chorar”.

– Muito trabalham estas pessoas – digo para os meus companheiros de viagem. – Reparem como tudo está semeado, até os lugares mais inclinados, mais rochosos.

Lavram tudo com a ajuda de uma parelha de burros ou machos e um arado. As torres de pedras que crescem no meio das chapadas são para limpar o terreno das pedras. Em setembro, depois das primeiras chuvas, começam a juntar o mato arrancado à sachola em pequenos montes – as arroteias que vão queimando enquanto arrancam mais. Depois, em outubro, começa a lavoura. Em novembro, à noite, as mulheres joeiram o trigo, a aveia e a cevada para separar as sementes boas das sementes de ervas daninhas ou sementes estragadas. De madrugada, depois de umas papas de milho com toucinho e pão frito ou de uma cozinha de batatas, os homens começam a sua labuta, tiram de uma saca de serapilheira que levam a tiracolo, presa por uma corda de cairo, uma mão cheia de sementes que atiram à terra, uma vez e outra e outra até o Sol se pôr.

Já no alto de um cabeço, as nossas montadas mostram-se algo inquietas. Sombrio e escuro na luz doce da manhã, mesmo ao lado do caminho, um novo calvário chama a atenção de quem passa. Ali faleceu Maria Paula, uma menina de onze anos que estava a cuidar do seu rebanho de vacas, quando um raio pôs um ponto final na sua curta existência. Ainda se correu à

vila de São Brás para chamar o médico, mas quando, muitas horas depois, ele finalmente chegou, já nada havia a fazer.

Introspectivos, continuamos e, no vale, à direita do caminho, começam a aparecer pequenas hortas cercadas por paredes de pedra. As laranjas brilham tímidas entre as folhas verdes, e tudo é verde nestes espaços, as couves, as acelgas, as folhas das batatas, as favas recém-nascidas e o ferrejo. No fim deste lençol verde, descobrimos um tanque, uma nascente natural cujas águas foram retidas com barro e rochas. A partir do tanque serpenteia uma regueira, agora debruada a verde e roxo das violetas silvestres. Este pequeno canal, na primavera e no verão, leva a água ao milho, aos feijões, tomates, pepinos e pimentos. Estas hortas nunca são propriedade de uma pessoa só, são várias as famílias que as semeiam. Uma organização comunitária admirável. No final de abril, juntam-se todos para combinar os dias que cada um tem de rega, na mesma proporção da terra que tem semeada. E todos cumprem, tendo o cuidado de vedar bem o orifício por onde sai a água de forma que quem vá regar a seguir não encontre o tanque vazio. Mais à frente, há um poço com uma grande roda de ferro e uma calçada de pedras a rodeá-lo. É o Poço de Madruga.

Parises é já ali. Este povoado não tem nomes de ruas, mas tem nomes para situar casas ou famílias e um poço de referência para cada zona. O Poço de Madruga, por onde passamos, é para abastecer de água as pessoas de Madruga, da Cruz, do Malhadil, do Marteviegas e do Serro da Cabana. A poente do monte, o Poço Novo e a Fonte da Bica abastecem o Calvário, as Casas Lá de Trás e o Seixenal. A sul, o Poço dos Corgo Griseos abastece as famílias do Seixenal e da ponta final de Madruga. A norte, o poço do Ti José Dionísio abastece as famílias do Serro, do Pontal, das Casas de Baixo e da Por-

tela. Como a povoação se estende ao longo do cume do monte, seja qual for o poço, com um balde à cabeça ou com dois ou quatro cântaros de barro nas cangalhas de um burro, é sempre difícil e uma canseira levar água para casa, porque é sempre a subir.

Deixemos as velhas questões da água. Voltamos a subir por uma estreita azinhaga, sombria e funda. Aqui, as velhas pedras das paredes cobertas de musgo verde e viçoso têm o eterno ar de coisas antigas, místicas. Cheira a floresta, a folhas mortas e cogumelos. De verão, deve ser fresquinha, mas em janeiro, esta humidade chega aos ossos.

Respiro fundo e, como num passe de magia, a minha montada chega a um largo suficientemente grande para albergar uma centena de cabras e ovelhas. Chegamos na hora de abalada do rebanho do monte para os campos. Entre chocalhos e balidos, duas mulheres – abrigadas do frio por um grosso gabão de lã castanha, na cabeça, um lenço e, por cima deste, um chapéu, nos pés, sapatos grossos de cabedal – conduzem o rebanho para a zona da ribeira. Os animais pertencem às diferentes famílias, que se organizam rotativamente e na proporção dos animais que possuem para que todos os dias alguém os vá alimentar. É preciso cuidado para que não os deixem comer as sementeiras, as culturas das hortas ou os sobreiros novos.

Depois da alegre confusão dos animais, fica o tranquilo tagarelar das pessoas que vêm entregar os seus animais e aproveitam para pôr a conversa em dia. Quando nos veem chegar, um segundo de silêncio surpreendido é logo seguido de calorosas boas-vindas e convites para as visitarmos nas suas casas.

A clareira, pomposamente chamada de Largo da Cruz, é uma encruzilhada de caminhos. Para norte, para sul, para poente e nascente, estendem-se ruelas lamacentas e pedregosas ladeadas de casas térreas caiadas de branco,

todas com uma chaminé a afumar, deixando adivinhar uma aconchegante lareira. Há vida por todas as ruelas, azinhagas e veredas. São mais de cento e vinte pessoas que habitam aquele monte. Pessoas simples, muito hospitaleiras e alegres. Amavelmente, declinamos o convite para visitar cada uma, porque vamos primeiro à venda do Ti Zé João entregar as cartas e depois à casa do meu amigo, o Ti Antoino.

A venda ergue-se a norte, a meio da encosta rochosa. A casa é térrea, tem uma porta e duas pequenas janelas viradas a sul, com vista sobre a zona central do povoado e, nesta altura, está vazia. Nem o dono cá está. Como em todas as casas daqui, o postigo está aberto, e a porta, só fechada com a taramela. Entramos, deixamos as cartas sobre o velho balcão de madeira e voltamos a sair. Já com as bestas pela arreata, vamos à casa dos meus amigos, que nos recebem com grande alegria.

– Inda bem que vieram. Entrem, arregacem as mangas e venham ajudar. Hoje matamos os porcos.

Dois animais com mais de dez arrobas jazem, já mortos, em cima das lajes da rua. À sua volta, vários homens munidos de tojos a arder queimam-lhes os pelos.

– Ainda só estamos a chamuscá-los – dizem-nos como se não tivéssemos perdido nada de importante. – Venham daí.

Entregam-nos duas facas e explicam-nos que devemos barbear o porco. Vendo como os outros fazem, começamos a trabalhar. O ambiente é de festa. Rapidamente, percebemos que há primos e parentes e amigos dos montes mais próximos, do Castelão, da Cabeça do Velho, do Javali. As piadas e risadas são alimentadas por uma garrafa de medronho que uma rapariguita oferece com filhós lêvedas cobertas de mel.

Quando, finalmente, os animais estão limpos de todos os pelos, são lavados e esfrega-

dos com um bocado de cortiça até a pele ficar branca. Depois, um homem mais velho abre a barriga do animal e, com atenção e perícia de experiência feita, tira para dentro de alguidares de barro castanho vidrado as tripas, o bucho, a cachola, o bofe, o coração e as banhas.

As mulheres, em grupos de duas, apressam-se a desmanchar as tripas, a separar os intestinos das gorduras que os envolvem. Depois do almoço, todas as mulheres do monte, mesmo quem não é da família, vão à ribeira cortar, lavar e ripar as tripas na água corrente. Depois de talhadas, são colocadas em cima de uma pedra lisa e ripadas. Por fim, lavadas com água, sal, bocados de limão e laranja. O resultado final é uma pele fininha e macia que, daqui a oito dias, será enchida com o migado da carne e seca ao fumeiro – umas belas e deliciosas chouriças.

Nós, os homens, depois de unirmos forças para transportarmos os animais para o celeiro, lavamos as mãos numa bacia de barro, não sem antes as esfregarmos bem com farelos de trigo para tirar a gordura, e vamos para o pé de uma grande fogueira que arde desde manhã.

Hoje é um dia especial e há comida especial, berbigões abertos nas brasas. Berbigões na serra?

– Coma, Sr. Manuel – diz-me o meu amigo Antoino. – Vieram hoje. Vê ali o Sr. Vasco, aquele de barbas pretas? É pescador lá no Algarve... a terra é Olhão. Esta semana, não pôde ir ao mar porque estava mau tempo. Então, encheu duas canastras de peixe e veio por esses caminhos fora, serra acima, com elas às costas e chegou na melhor altura possível. Amanhã, regressa com elas cheias de pão, batatas, toucinho e outras coisas que não há lá no Algarve...

Depois dos berbigões, sentamo-nos à mesa, posta na casa de fora, e comemos o sangue do porco cozido e temperado com cebola, alho, salsa, pimento, azeite e vinagre, acompanhado de azeitonas e vinho tinto escuro e forte. Tão



Matança do porco, década de 1950

forte que solta as línguas, dando azo a cantigas, despiques e gargalhadas. Servimo-nos de carne fresca do porco, assada, com pão mole cozido de véspera no forno pelas mulheres da casa.

A tarde já vai avançada quando nos levantamos da mesa. O amigo Antoino e três homens mais experientes vão desmanchar as carcaças dos animais. É necessário separar os presuntos, a carne para as linguiças, o toucinho e os ossos para salgar na salgadeira, as banhas para derreter e fazer torresmos e manteiga, enfim, um tra-

balho sério que garante carne para quase todo o ano. É preciso salgar, fritar e defumar para que se conserve por muitos meses.

Os outros, e são muitos, incluindo eu, vão para a venda jogar, à malha uns, outros, às cartas. Jogar... e beber uns quartilhos de aguardente de figo ou de bagaço. A de medronho é só para ocasiões especiais. Por esta altura, estamos todos muito alegres, e a tarde passa num fechar de olhos. Voltamos à mesa, desta vez para comer sopas de cachola e lombinhos fritos acompanhados de mais vinho, mais conversa e alegria.

Os homens que vieram dos outros montes não se demoram no jantar, ainda têm um bom caminho para andar. Levam lanternas e a luz das estrelas mas, mesmo assim... os que vão para o Castelão têm de passar a ribeira por cima das passadeiras, e há muita água a correr por ali nesta altura do ano.

Os que moram nos Parises vão-se despedindo aos poucos. Eu próprio e os meus dois companheiros estamos caindo de cansaço e sono. Vendo que quase não abro os olhos, a D. Joaquina leva-nos ao quarto. É pequeno, telhado de canas e telhas de barro, caiado de branco, sem janelas e com dois leitos de ferro. A última coisa de que me lembro é dos lençóis de linho a cheirar a alecrim da ribeira e da manta grossa e áspera de lã de ovelha. Depois, adormeço num sono só, como uma pedra.

(continua)

NOS PASSOS DE BERNARDO, DEZ ANOS DE PUBLICAÇÃO E DEZ ANOS DE SAUDADE



Todos os volumes de 'Nos Passos de Bernardo'

Seguindo os passos da arte do poeta são-brasense Bernardo de Passos, patrono da Escola do 2.º e 3.º Ciclos do Ensino Básico, em São Brás de Alportel, têm sido escritos milhares de poemas pelas várias gerações de alunos en-

tre os 10 e os 15 anos, fruto da criação literária nas aulas de Língua Portuguesa ou Português, conforme a designação da disciplina no currículo do ensino básico nos últimos trinta anos em Portugal.



Exposição bibliográfica em homenagem a Bernardo de Passos no armário da entrada da escola

Produzidos no contexto escolar de oficina de escrita – modalidade de ensino que ainda perdura, por proporcionar o saber, o saber fazer, o saber ser e o saber estar essenciais às aprendizagens dos alunos –, estes textos poéticos eram anualmente publicados na edição escolar de um florilégio produzido por cada uma das turmas que eu lecionava na Escola Básica 2.3 Poeta Bernardo de Passos, desde 2001.

Assim se faziam autores os alunos do 8.º C e 8.º D do ano letivo 2001/2002, do 7.º A, 7.º D e 7.º E de 2002/2003 e do 8.º A e 8.º D do ano 2003/2004. Habitados a planificar, rascunhar,

escrever, aperfeiçoar e editar os seus textos literários e não literários, pensando e sentindo o seu trabalho, era com regozijo e orgulho que os jovens viam concretizado um projeto que, inicialmente, julgavam que não chegaria a concluir-se com capa ilustrada e tudo.

Ora foi na mão da Dra. Violantina Hilário que estes livros de turma originaram a ideia da nossa Presidente do Conselho Executivo de então: republicar alguns destes textos num livro, com a finalidade de se criar um símbolo identitário da escola, para oferecer a convidados e parceiros no âmbito das diversas atividades concretizadas na escola. Estávamos em 2002, quando os singelos projetos de turma se renovaram num projeto mais ambicioso: a criação de um livro de poesia da autoria dos meus alunos entre 2001 e 2004. Assim, no ano letivo 2003/2004, no contexto das comemorações do 10.º Aniversário da escola (29 de outubro de 2003), nasceu o primeiro volume do livro de poesia *Nos Passos de Bernardo* (47 páginas policopiadas, prefaciado por mim, com encadernação de argolas). A IX Feira do Livro do concelho, realizada na escola, revelou-se o momento por excelência para o lançamento tão esperado.

A partir daqui, o entusiasmo levou-nos a alargar o desafio criativo a todos os alunos da escola e a lançar um livro por ano letivo (cem exemplares), sempre na primavera, sempre na Feira do Livro do concelho: o volume 2, 2005 (49 páginas, prefácio da Professora Maria João Carvalho, docente de Português e Vice-Presidente do Conselho Executivo da escola); o volume 3, 2006 (50 páginas, prefácio do Professor de Português Afonso Cunha); o volume 4, 2007 (69 páginas, prefácio do Professor de Português Manuel Miguel Morais); o volume 5, 2008 (84 páginas, prefácio da Dra. Teresa Oliveira, Bibliotecária da Biblioteca Municipal e Coordenadora da Rede de Bibliotecas do Concelho de São Brás de Alportel); o volume 6, 2009 (88 páginas,

prefácio da Dra. Dora Barradas, Presidente da Direção da Associação de Pais do Agrupamento Vertical de Escolas de São Brás de Alportel); o volume 7, 2010 (92 páginas, prefácio do Professor de História e Geografia de Portugal Carlos Antunes, Presidente do Conselho Geral do Agrupamento Vertical de Escolas de São Brás de Alportel); o volume 8, 2011 (102 páginas, prefácio da Professora de Português Maria Fernanda Lima). Neste ano, saiu ainda a 2.^a edição do primeiro volume, porque se esgotaram os cem exemplares da 1.^a edição.

Provocados por vários estímulos criativos, os poemas gravados nos oito volumes transmitem diferentes interpretações e sentimentos de sujeitos poéticos encarnados pelos autores. Os diversos temas e assuntos vão da Natureza, à qual pertencem, à natureza dos próprios jovens, enquanto seres humanos, das idiossincrasias e vicissitudes no relacionamento com os outros ao seu crescimento enquanto pessoas num mundo permanentemente desafiante.

Não obstante a simplicidade na apresentação das oito primeiras edições de autor, com encadernação de argolas, o sucesso do livro de poesia *Nos Passos de Bernardo* foi de tal maneira crescente, que, a pensar na celebração da dezena de volumes, a escola empenhou-se na criação de uma edição especial. Os volumes 9 e 10 reunir-se-iam num único livro brochado, trabalhado durante dois anos letivos, 2011-2013, que incluiria poemas escritos por alunos (nas aulas de Português) e por professores da escola ao longo de 2011/2012, bem como ilustrações criadas no ano letivo seguinte pelos alunos de 9.º Ano, nas aulas de Educação Visual da Professora Ricardina Silveira. Publicado pelo Agrupamento de Escolas José Belchior Viegas e prefaciado pela então Diretora, a Professora Violantina Hilário, e pelo então Presidente da Câmara Municipal de São Brás de Alportel, Eng. António Eusébio (2002-2013), o livro *Nos Passos*

de Bernardo – volumes 9 e 10 (janeiro de 2015) veio a lume com uma tiragem de 200 exemplares, composto por 111 páginas, cujos poemas e ilustrações estão organizados em quatro temas (capítulos): “Dar e Receber”, “Fazer”, “Sentir” e “Ser”. Esta edição integrou as atividades de celebração do 20.º Aniversário da escola, mas não foi a única.

Em 2014, a Diretora do Agrupamento e o Presidente da Autarquia sucessores, a Professora Nídia Amaro e o Dr. Vítor Guerreiro, uniram esforços no sentido de se publicar outro livro brochado há muito sonhado, *Nos Passos de Bernardo* – volumes 1 a 10 (junho de 2015), prefaciado por ambos, numa edição igualmente comemorativa do 100.º Aniversário do Conselho de São Brás de Alportel (723 páginas de texto sem ilustrações, com índice de autores).

Enquanto criadora, organizadora e coordenadora de todos os volumes do livro *Nos Passos de Bernardo*, ora como professora de Língua Portuguesa/Português, como coordenadora deste grupo/departamento de professores, ora como professora bibliotecária da escola, tive o privilégio de participar em todas as fases deste projeto ao longo daquela dezena de anos.

Cada livro constitui um produto vivo do que os jovens fazem de melhor, quando incentivados para o despertar e amadurecimento das suas capacidades, como tem sido um dos propósitos desta escola. Sob a inspiração do poeta Bernardo de Passos, a escola de que é patrono tem despertado e alimentado, especialmente nos seus alunos, o gosto pela escrita e pela leitura de poesia. Tem-nos conduzido a seguirmos os passos e os valores do homem-poeta na arte da poesia, na arte de ensinar e aprender... na arte da vida.

Hoje, muitas casas de famílias são-brasenses, as bibliotecas escolares e municipal de São Brás de Alportel (bem como a Biblioteca Municipal de Faro) guardam estas memórias e a



Exposição de todas as antologias e da ARCA na entrada da escola

ARCA – Alegre Recordação das Criações dos Alunos também, como não poderia deixar de ser. E, ainda hoje, temos muito orgulho em oferecer aos convidados da escola os dois volumes editados em 2015.

Também hoje, cada ex-aluno ainda vibra com as inúmeras possibilidades de leitura e exploração dos seus poemas por outros jovens, outros professores, outras famílias de aquém e além São Brás de Alportel, descobrindo sentido(s) na expressividade da sua alma...

Porém, desde então, a publicação dos poemas e outros textos escritos pelos nossos alunos tem sido feita através de jornais escolares digitais, mas descontinuados, blogues inovadores, mas parados no tempo, ou e-books esparsos, fruto de uma prática e eficiente ferramenta

digital, mas timidamente partilhados on-line sob as regras do Regulamento Geral de Proteção de Dados. Sem a imprescindível impressão em papel, o seu rasto vai-se perdendo.

Creio que precisamente devido à evolução dos tempos, ainda hoje, sonhamos dar continuidade ao saudoso Nos Passos de Bernardo... Neste ano letivo, ano de tripla celebração, pelo 30.º Aniversário da Escola Básica 2.3 Poeta Bernardo de Passos, pelo 50.º Aniversário do 25 de Abril de 1974, e pelos 500 Anos do Nascimento do Poeta Luís Vaz de Camões, motivos e inspirações para poetar não faltaram. No entanto, em 2026, será certamente uma bonita forma de celebrarmos os 150 Anos do Nascimento de Bernardo de Passos, o eterno Poeta do Amor.

Gente dos Machados Parte III

MANUEL VIEGAS CARRASCALÃO



24-10-2001 / 24-10-1977

Ao propor-me tratar o tema GENTE DOS MACHADOS, é essencial trazer Manuel Viegas Carrascalão. Tarefa complexa, por se tratar de uma figura com notoriedade pública, embora não tenha conseguido reconstituir parte da sua história de vida por falta de elementos.

Se se pesquisar na Internet, encontra-se informação sobre o seu passado anarco-sindicalista, ainda na metrópole, para além de referências dedicadas à sua vida em Timor. Descubrem-se ainda fotografias, cronologias e até há notícia de um filme em preparação sobre

a sua vida, o que não surpreende por se tratar de um homem de personalidade forte, lutador e de convicções.

Ainda bastante jovem, percebe-se o seu descontentamento face ao ambiente que reinava no país, marcado pela instabilidade governativa que se viveu durante a Primeira República, com a sua interminável sucessão de governos e presidentes da república. E é provável que isso explique o seu lado contestatário, que o conduziu à prisão por várias vezes, acabando por ser deportado para Timor.

Também a revista do jornal Expresso de 1 de Maio de 1999 dedica um artigo intitulado “A Família Repartida”, em que apresenta o clã Carrascalão. Servi-me dessas fontes e do livro Na Lonjura de Timor, de José António Cabrita, para escrever este artigo. Além disso, as longas conversas com Madalena Bom, minha amiga de infância e neta de António Viegas Carrascalão, que era um dos cinco irmãos de Manuel Viegas Carrascalão, deu-me um outro olhar, muito importante. Através deste testemunho na primeira pessoa, consegui formar uma ideia do seu lado mais familiar. Manuela Bom lembra-se de um homem de estatura elevada, que ficava na casa de família e era sempre convidado para ir uma vez comer a sua casa. Em tom de brincadeira dizia à sua mãe: *Se não mandas subir esta porta, não venho mais a tua casa.*

Foi na casa dos Machados, junto à estrada, agora noutras mãos, provavelmente construída pelo casal Manuel Viegas Carrascalão, negociante, e Maria Faustina Cavaco, natural de Huelva, que nasceu Manuel Viegas Carrascalão,

no dia 24 de Outubro de 2001.

O jovem Manuel, aos 11 anos, já era ajudante de tipógrafo no semanário democrático, independente, *Ecos do Sul*, fundado em São Brás de Alportel e encerrado em 1913, pois o seu editor, Manuel Fagundes de Almeida, terá sido preso por razões políticas.

A partir daí, pouco sabemos. Certezas temos através de uma carta escrita pelo próprio em que diz: *...em Faro onde cresci e me fiz homem*. Temos conhecimento de que passa a viver em Lisboa, continuando a actividade de tipógrafo, envolvendo-se cada vez mais na política. Em 1920 e 1922 já há notícia da sua prisão na capital, motivada por atentados bombistas. Acabou por ser libertado em 1924 e, em 1925, tornou-se secretário-geral da Federação das Juventudes Sindicalistas, desenvolvendo grande actividade a nível sindical.

A 15 de Maio de 1925, é assassinado o comandante da polícia Ferreira do Amaral, em Lisboa. A acusação recaiu sobre a organização anarquista clandestina, Legião Vermelha, considerada responsável pela colocação de grande número de engenhos explosivos. Entre os detidos por esta acção está Manuel Viegas Carrascalão, activista sindical da corrente anarquista, por se provar pertencer à direcção dessa associação. Segundo uns, teria sido preso em São Brás de Alportel, para onde teria fugido; mas não há certeza acerca deste ponto.

Encarcerado no Forte de Monsanto, em Setembro de 1926, foi condenado por um tribunal militar a seis anos no exílio, na qualidade de membro da Legião Vermelha e, em Dezembro do mesmo ano, o Supremo Tribunal de Justiça confirmou essa sentença.

É de salientar o apreço que Manuel Viegas Carrascalão gozava no meio jornalístico lisboeta: dias antes da decisão do Supremo Tribunal de Justiça, um grupo de compositores, impressores, jornalistas, componentes da indústria e



Manuel Viegas Carrascalão e sua esposa, Marcelina Guterres, com a sua 1ª filha, Dora.

dos jornais da cidade de Lisboa vêm atestar, por escrito, por não serem aceites testemunhas, as qualidades de trabalho, prudência e sensatez de Carrascalão, considerando-o incapaz de cometer os actos de que é acusado e afirmando nem sequer pertencer à Legião Vermelha. Entre as dezenas de pessoas que assinaram esse documento encontravam-se Norberto Lopes, Artur Portela, Carlos Ferrão e Stuart Carvalhais, entre outros. Mas nada demoveu a Justiça.

Em 13 de Abril de 1927, o jovem Manuel largou do porto de Lisboa no navio Pero de Alenquer. Segundo os jornais, levava 222 passageiros, entre os quais se contavam gatunos, desordeiros e vadios e 63 acusados de sindicalismo. Depois de uma viagem longa e atribulada, dadas as fracas condições de habitabilidade da embarcação, antigo navio de carga de carvão, e devido ao elevado número de passageiros, a chegada a Timor faz-se a 25 de Setembro.

Foi em Aiepo, numa fortaleza aí existente, que Manuel Viegas Carrascalão ficou preso, mas por pouco tempo. Depois de um período de recuperação da longa viagem, o Governador

distribuiu aos presos habitação e trabalho de acordo com as aptidões de cada um e as necessidades da colónia, mediante um pequeno vencimento. Sabemos que, em 1928, foi transferido para Venilale, onde ensinava português e trabalhava como carpinteiro e pedreiro. Foi aí também que conheceu a jovem Marcelina Guterres, dez anos mais nova do que ele, uma princesa, com quem casou. O enlace durou toda a vida e, no dizer de um dos seus filhos, foi o encontro entre um *“Algarvio da serra e uma Timorense da montanha”*.

Em 1932, já tinha duas filhas, Dora e Maria. Em 1933, é deportado para a pequena ilha de Ataúro, acusado de colaboração num jornal anarquista. Em 1941, encontramos Manuel Viegas Carrascalão como capataz da Granja Eduardo Marques, propriedade agrícola do Estado, de terrenos férteis nas encostas das montanhas, de grande importância para a subsistência das populações de aldeias limítrofes, como Liquiçá e Moubara.

Foi nesse ano que este cenário de paz foi quebrado. A Segunda Guerra Mundial, conflito iniciado em 1939, alastrou por várias partes de mundo, nomeadamente o Sudoeste Asiático e o Oceano Pacífico. Nessa sequência, o Japão, que passara a fazer parte dos países do Eixo desde 1940, invadiu a nossa colónia, Timor.

Manuel Viegas Carrascalão, ao contrário de alguns, que aderiram aos invasores, manteve a neutralidade face ao conflito. Mas, por não se ter mostrado abertamente favorável ao invasor, isso trouxe-lhe problemas. Daí que, em 1942, o próprio, juntamente com o administrador local e um missionário, foram presos por alguns dias. A verdade é que Carrascalão, antes de mais, defende os naturais da terra e, por isso mesmo, no ano seguinte, fará parte de um grupo de voluntários que participaram numa acção de resgate de uma família levada por apoiantes dos japoneses.

Com o fim da guerra, em 1945, os japoneses abandonaram Timor e Portugal retomou o controlo da colónia. O governador Ferreira de Carvalho refere, em portaria, que fossem louvados por acções meritórias durante a ocupação inimiga alguns indivíduos, entre eles Manuel Viegas Carrascalão, feitor da Granja Eduardo Marques. É destacada a forma como gerira aquela exploração agrícola, fundamental para a melhoria das condições da alimentação dos portugueses em Liquiçá, *manifestando-se assim um empregado com uma nítida compreensão dos seus deveres e um óptimo auxiliar do governo da colónia*.

A partir de 25 de Outubro, por decisão do Ministro do Interior, deixou de haver deportados, podendo regressar à Metrópole. Assim, no dia 15 de Fevereiro de 1946, o navio Angola atraca no cais de Alcântara com Manuel Viegas Carrascalão, acompanhado pela sua esposa, Marcelina Guterres, e pelos seus nove filhos, já um homem livre. Recusa-se a receber a condecoração que lhe foi atribuída.

Acostumados à vida em Timor, o alojamento em que ficaram, na colónia de férias da FNAT, e ainda mais durante o Inverno português, deve ter sido difícil. A verdade é que Manuel Viegas Carrascalão não se adapta à vida de Lisboa, está com saudades da sua terra de adopção e coração. Sabe-se que, alguns meses depois, a 23 de Julho de 1946, embarca no navio Quanza de volta a Timor. Segundo memórias, desta vez foi o primeiro a embarcar, enquanto da sua saída de Timor, depois da guerra, fora o último a entrar no navio. Conhece-se a sua vontade de regressar, mas, segundo outras fontes, teria sido obrigado a isso, por durante a sua estadia na metrópole, ter voltado a meter-se na política. O desagrado das autoridades percebe-se, já que foi acompanhado pela PIDE até ao barco.

A família Carrascalão regressa para “o seu segundo tempo Timor”.

O Estado fez a distribuição de algumas granjas e não é de estranhar que calhasse a Manuel Viegas Carrascalão aquela em que tinha sido feitor, em atenção ao auxílio que prestara, durante a guerra, aos portugueses internados em Liquiçá. Em carta de 1949 à Casa do Algarve, Carrascalão descreve sua granja, cujo nome mudara para Fazenda Algarve:

É, vamos lá que a minha fazenda não envergonha o nome que lhe dei. Tem 336 hectares, totalmente aproveitados, nela se produzem cafés arábica e robusta, chá e canela, borracha, frutas, etc. e é considerada uma das mais lindas de Timor, dela se disfrutando uma das mais famosas vistas de Timor e um horizonte vastíssimo, em virtude da altitude em que está situada, que é superior a 1000 metros.

Manuel Viegas Carrascalão quis que sua mulher, Marcelina, fosse economicamente independente e comprou-lhe uma fazenda, a poucos quilómetros de Díli, a que pôs o nome de Esperança. Nela se cultivavam arroz e frutas.

A figura de Manuel Viegas Carrascalão impunha-se cada vez mais na sociedade timorense. Em 1952, foi constituída, em Díli, a Associação Comercial, Agrícola e Industrial de Timor (ACAIT), para a qual Carrascalão foi eleito pre-

sidente. Seguiram-se outros cargos relevantes: no Conselho dos Câmbios, em 1953, como representante das actividades agrícolas; em 1963 foi nomeado representante das actividades económicas. Integrou o Conselho Técnico Aduaneiro, em 1970. Foi vogal do Tribunal Fiscal Aduaneiro de Primeira Instância no biénio de 1953-54... É longa a lista de cargos que abarca... E até no âmbito desportivo tal acontece, tendo tido uma forte ligação ao Sport Díli e Benfica.

A 7 de Dezembro de 1975, Manuel Viegas Carrascalão viajou para Lisboa, uns meses antes da invasão de Timor pela Indonésia. Acabou por falecer, no dia 24 de Outubro de 1977. A família, em 2010, já Timor-Leste era independente, levou os seus restos mortais, para o sepultar, na terra da Fazenda Algarve, ao lado de sua esposa de toda a vida e mãe dos catorze filhos do casal.

O nome Carrascalão marca ainda hoje Timor-Leste, já que os muitos descendentes deste algarvio da Serra e desta timorense da montanha continuaram e ampliam, ainda nos dias de hoje, o legado de um homem de excepção, deportado para solo de condenados e esquecidos, tornado território de luta e afirmação e um dos mais jovens países do mundo.

O ALGARVE E SÃO BRÁS DE ALPORTEL

Como a situação geoestratégica tem influenciado o seu desenvolvimento ao longo da História – I

A memória dos lugares e a memória das pedras sobrevivem mais longamente à passagem do tempo do que a memória dos Homens.

Teresa Júdice Gamito, Universidade do Algarve, 2003.

1. O Algarve

Do ponto de vista da Geografia Física, o Algarve é composto por três unidades bem distintas, com uma definição territorial em faixas mais ou menos paralelas à linha da costa meridional: o Litoral, o Barrocal e a Serra.

A Serra, “um mar de outeiros” no dizer de Orlando Ribeiro, corresponde às formações geológicas mais antigas, onde dominam os xistos. Sobretudo o recortado do relevo e o vazio humano fizeram da Serra Algarvia uma barreira física, que ao longo de milénios dificultou as ligações a norte.

A sul dos cumes da Serra, desenha-se o que Amorim Girão designou de “um gigantesco anfiteatro disposto entre a serra e o mar”.

O Barrocal é composto por uma faixa de calcários, argilas e arenitos, evidenciando uma paisagem nitidamente mediterrânica. Num solo

escasso, têm predominado as plantações tradicionais de alfarrobeira, figueira e amendoeira, hoje em declínio e preteridas, nos melhores terrenos, por plantações exóticas com grande valor comercial, mas com insuportável consumo de água.

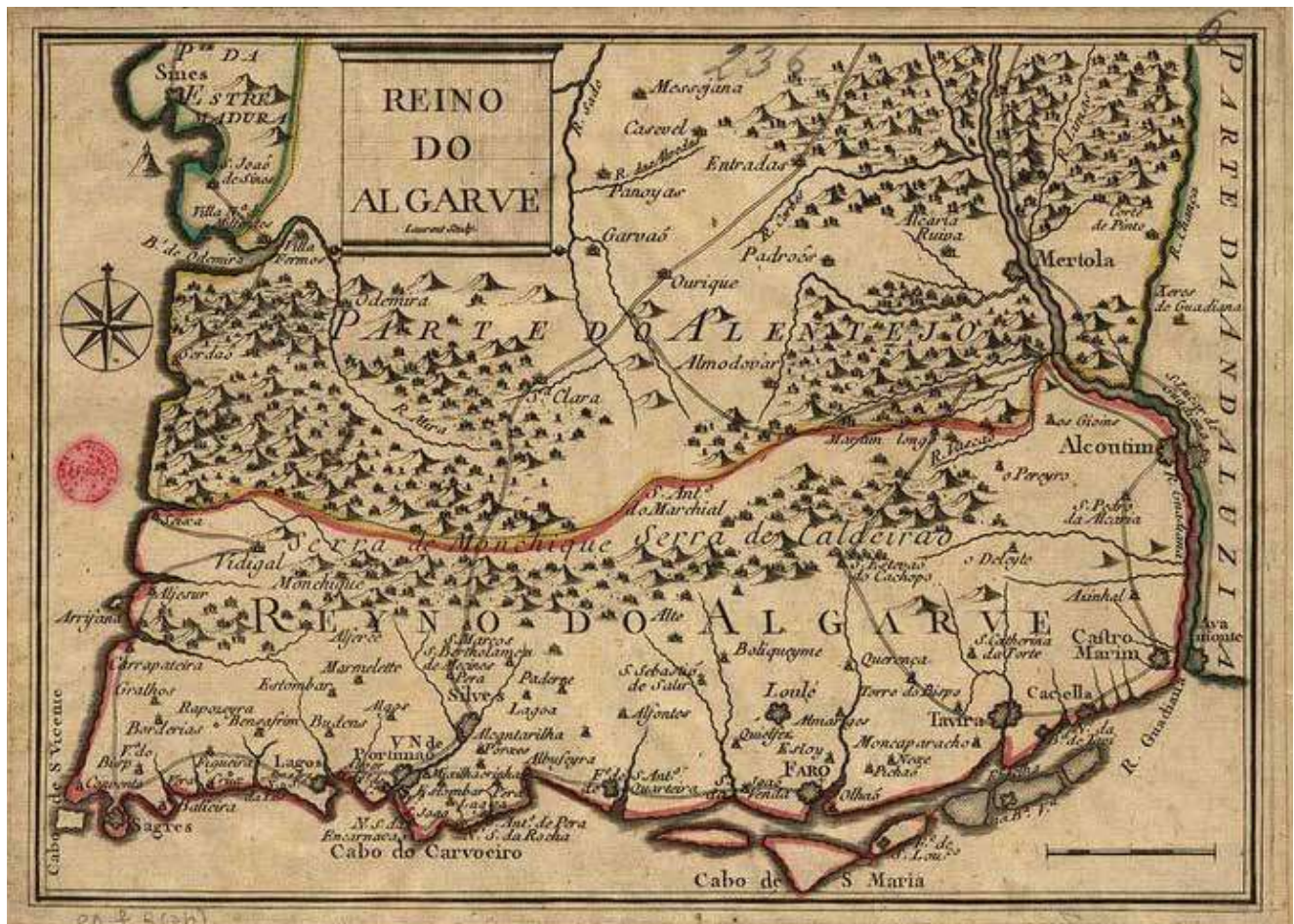
O Barrocal, já muito mais povoado que a Serra, foi, ao longo dos séculos, o pequeno e deficitário celeiro do Algarve e o fornecedor de frutos secos por excelência, tendo como complemento as pescarias do litoral.

O clima do Barrocal é mediterrânico, amenizado por influência do Atlântico, o que proporciona Verões menos quentes e Invernos relativamente suaves.

A individualização do Algarve, ao longo da História, vem da Antiguidade e prolonga-se pela Idade Média, primeiro, com a pouca duradoura ligação a Constantinopla, após a queda de Roma, e depois com o desenvolvimento de uma cultura original no período muçulmano, particularmente a que emanou de Silves como sua capital.

O secular isolamento do Algarve, especialmente nos tempos pós “Reconquista”, ficou a dever-se fundamentalmente às escassas passagens naturais por terra para norte. Por mar, sazonalmente, era mais fácil.¹

¹O litoral do Algarve sempre foi rico em portos. Referimos as suas cidades ou vilas portuárias: Lagos e Portimão, que herdaram parte das funções de Silves, Loulé, vila de terra a dentro, mas servida por um porto desaparecido na restinga, Faro, Olhão, de desenvolvimento só no fim do século XVIII, Tavira e Castro Marim, que entrou em declínio com a fundação de Vila Real de Santo António.



Esta autonomização política, aliada a factores orográficos e à sua melhor definição no contorno territorial, reforçou a sua individualidade e o Algarve teve, ao longo da sua História, um percurso (regional) com certa originalidade.

Desde a Antiguidade, o Algarve foi frequentado por Fenícios, Gregos e Cartagineses, que procuravam aqui o peixe e utilizavam o Guadiana para aceder aos minérios do Baixo Alentejo.

Os Romanos fixaram-se e trouxeram a sua superior civilização urbana e introduziram novas técnicas de cultivo e transformação de cereais.

Muçulmanos, árabes e berberes afeiçoaram-se à terra e construíram uma paisagem

rural de que ainda perduram traços: nos regadios, na casa rural, nos campos arborizados de alfarrobeiras e amendoeiras. Deram-nos um nome: Algarve.

Reino sem rei, após a sua conquista aos Mouros em 1249/50, de 1595 até 1808, o Algarve teve governador e, até finais do século XVIII, esteve sujeito a um sistema de tributação diferente daquele que vigorava no resto do Continente.

Ao longo da sua História, viveu ciclos relativamente curtos de desafogo económico e algum bem-estar social (séculos XV-XVI e segunda metade do século XVIII), intercalados de períodos muito mais longos de crises, mi-

séria e absoluta necessidade de os seus habitantes procurarem na emigração o que a sua terra não lhes proporcionava.² Pelas suas saídas por todo o mundo, de África ao Brasil, da Europa à América do Norte, construíram uma verdadeira diáspora.

2. Faro e São Brás de Alportel

Desde remotos tempos, *Ossonoba* era o nome de uma cidade de origem pré-romana, que se encontrava onde hoje está a cidade de Faro. Julga-se que os seus fundadores foram os Cartagineses, reforçando esta suposição a sua localização privilegiada junto ao mar. Segundo a descrição do árabe Raziz, entre outros escritores, era uma das mais esplendorosas e férteis cidades do século X.

A importância desta cidade é, além disso, atestada pela cunhagem própria de moeda (tendo sido encontradas *tesserae* em chumbo), cujos símbolos eram peixes e embarcações. Nas moedas, aparecia também o nome da cidade, *Oso*, *Osonba* e *Ossonoba*.

Em 1940, foram achados, no largo da Sé, vestígios de um templo romano (talvez dedicado ao imperador Augusto) e numa lápide se atesta, por exemplo, que a *respublica Ossonobensis* se declarou devota do númen e da majestade do imperador Aureliano;³ no final da dominação romana, Faro foi sede de bispado a partir do século III.

Depois de ocupada pelos romanos (integrada na província da Lusitânia), ficou sob o

domínio de bizantinos e visigodos, mas manteve sempre a sua importância como sede de bispado.

Em 713, foi ocupada pelos árabes. No século IX, passou a designar-se Santa Maria de Harun (que veio dar o nome Faro), o que denota bem a importância de uma forte comunidade moçárabe, sob domínio muçulmano.

Foi conquistada/ocupada por D. Afonso III, em 1249. Tanto a comunidade cristã como a muçulmana receberam forais régios, o que denota a importância desta última, que podia assim preservar a sua propriedade e liberdade de culto, mediante um imposto especial.

Faro é capital do Algarve desde 1540, sede do bispado desde 1577 e alcançou, ao longo dos séculos, enorme importância regional.

O atual concelho de São Brás de Alportel ocupa um espaço que, na Antiguidade, se situava na periferia de *Ossonoba*, estando aqui a ocupação humana também atestada por alguns achados arqueológicos.

A sua localização geográfica, no Barrocal, com acesso direto à Serra, constituiu durante muito tempo uma vantagem geoestratégica, mas passou a desvantagem comparativa à medida que outros acessos melhoraram.

Neste espaço, a abundância de recursos aquíferos numa escassa zona cultivável de bons solos favoreceu alguma riqueza agrícola.

Deve-se ter em conta que a região de São Brás dispõe de um clima temperado e saudável, em contraste com os sapais da ria onde se situava *Ossonoba*.

Estas condições permitiram a manutenção permanente de pequenos povoados rurais,

² Em artigos anteriores abordámos o tema *São Brás de Alportel e o Algarve na Idade Moderna* onde descrevemos de forma ligeira a passagem das primeiras vilas a cidades no Algarve e quais os fatores determinantes para a sua evolução populacional, política e religiosa nesses séculos, até à supremacia de Faro como capital do Algarve.

³ Encarnação, José d', «*Ossonoba homenageou o imperador Aureliano – porquê?*», *Anais do Município de Faro* XLIII 2021 p. 111-122. Acessível em: <http://hdl.handle.net/10316/95870>

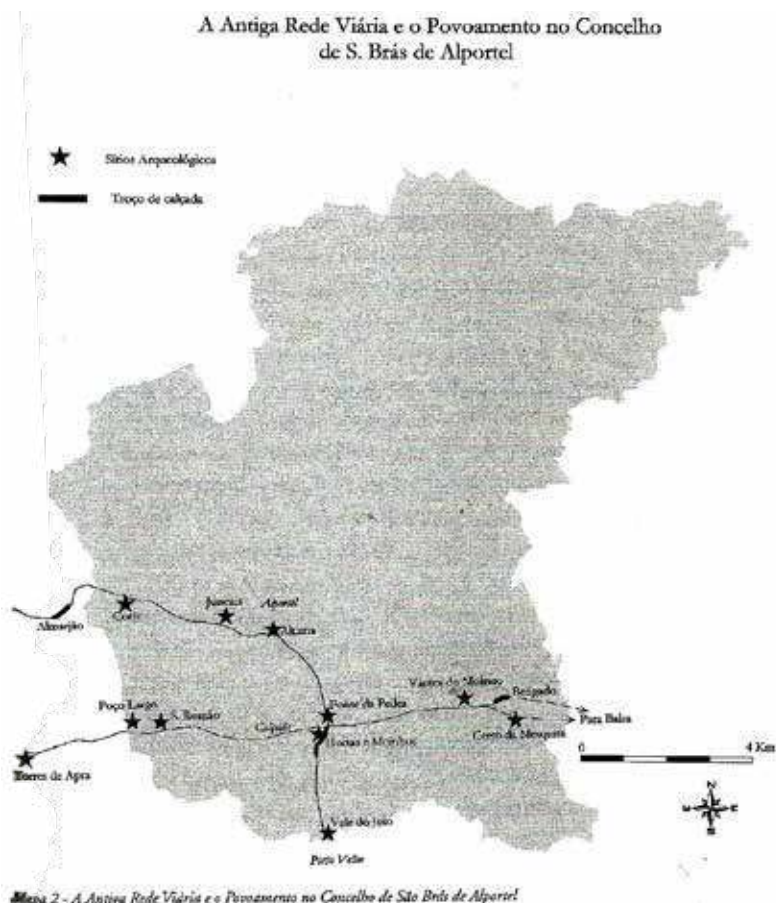
quase em círculo fechado, àquilo que é, hoje, o principal aglomerado urbano: a vila.

Todavia, estas vantagens não foram um exclusivo seu no amplo espaço da beira-serra. Loulé destaca-se com uma área agrícola muito mais extensa e em igual posição geoestratégica. Estoi, situado a sul de São Brás, mais perto de *Ossonoba*, também competia com estas vantagens.

O cruzamento de vias naturais, utilizadas desde tempos antigos, nos sentidos sul-norte e este-oeste, possibilitando o acesso e troca de um conjunto de recursos, também constituiu fator favorável à fixação das populações mais diversas.

A malha viária de *Ossonoba* para norte de-frontava-se com o obstáculo da Serra como já referimos, levando à criação de duas vias principais que contornavam a Serra do Caldeirão. Uma, a leste, por Moncarapacho, Santa Catarina e Mealhas e outra, a oeste, por Loulé, Ameixial, Santa Cruz. Ambas convergiam em São Pedro de Solis.

No período romano, a via oriental terá sido a que ligaria *Balsa*⁴ e *Ossonoba* a *Pax Julia*. No período islâmico, com o desaparecimento de *Balsa* e a deslocação para Silves e Faro do poder militar e político, é a via ocidental, por Loulé,



Mapa apresentado por João P. Bernardes e Luís F. Oliveira em A "Calçadinha" de São Brás de Alportel e a Antiga Rede Viária do Algarve Central, 2002. p. 45.

² *Balsa* foi uma cidade portuária do Império Romano, que estava situada principalmente na antiga freguesia da Luz de Tavira e parcialmente na freguesia de Santa Luzia, ambas parte do concelho de Tavira, na região do Algarve, em Portugal (Fraga da Silva, *BALSA, Cidade Perdida*, CAT e CM Tavira, 2007).

que foi ganhando mais importância.

São Brás de Alportel, situado entre estas duas vias principais, unia-se a elas por vias secundárias, aproveitando a orografia do terreno.

De *Ossonoba*, uma via no sentido norte, atravessava Conceição, Estoi, Machados, até São Brás e prosseguia por Alcaria, Alportel, seguia pelo vale da Ribeira das Mercês (corte) até Almarjão e Amendoeira, estes sítios já no concelho de Loulé. No percurso que antecede a chegada a São Brás encontramos a “*Calçadinha*”, em uso até ao século XIX e objeto de alguns estudos publicados.

Depois de ter perdido as suas antigas funções e sobreviver apenas na memória dos locais, esta via foi parcialmente “recuperada” e no Centro Explicativo e de Acolhimento da Calçadinha” podemos encontrar a sua interpretação e explicação, bem como algum do espólio recolhido no âmbito de trabalhos de arqueologia nela realizados.

De referir, ainda, que, paralelamente ao litoral, com entroncamento na antiga via romana (presentemente no centro da atual Vila), havia um caminho muito antigo (atual EN 270), conhecido por “estrada dos espanhóis”, certamente porque servia os comerciantes vindos de Espanha, que por Castro Marim vinham ao

Algarve vender as suas “mercancias”. Aliás, foi este caminho o utilizado pelas hostes de D. Paio Peres Correia na sua deslocação para Cacela, segundo se depreende da Crónica da Conquista do Algarve.

Assim, posicionado entre dois mundos, de orientação distintos, o Litoral aberto ao exterior e fonte de pescarias e a Serra de solos pobres e de topografia acidentada, com aproveitamento de produtos florestais e alguma pastorícia, o espaço do atual concelho de São Brás de Alportel foi também, ao longo da sua História, um eixo de ligação entre estas diferentes realidades.

(continua)

José do Carmo Correia Martins

Bibliografia consultada:

BERNARDES, João Pedro e OLIVEIRA, Luís Filipe, *A “Calçadinha” de S. Brás de Alportel e a Antiga Rede Viária do Algarve Central*, São Brás de Alportel, 2002.

GASPAR, Jorge, *As Regiões Portuguesas*, Direcção-Geral do Desenvolvimento Regional, Lisboa, 1993.

RIBEIRO, Orlando, *Introduções Geográficas à História de Portugal*, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, Lisboa, 1977.

SILVA, Luís Fraga da, *A Região de São Brás de Alportel na Antiguidade*, Associação Campo Arqueológico de Tavira, Tavira, 2003.



ZA
24

OUTROS

PEQUENOS APONTAMENTOS SOBRE
LIVROS, POESIA, PERSONAGENS, OLHARES,
MEMÓRIAS, IMAGENS...

OLHARES

OS MENIRES DO MONTE DO TRIGO E O PASSADO NEOLÍTICO DO TERRITÓRIO SAMBRASENSE

Numa época em que tanto se fala de migrações, questões de aculturação e globalização, e também da diferenciação que o encontro de culturas tende a gerar, temos por vezes inconscientemente a percepção de que estamos perante fenómenos atuais ou, quanto muito, com origens em épocas recentes. Nada poderia estar mais longe das realidades do nosso percurso histórico enquanto seres humanos.

Há 12 mil anos, no Próximo Oriente, teve lugar uma verdadeira revolução nos nossos modos de vida. Tratou-se do início da domesticação de algumas espécies selvagens, plantas (trigos, cevada, ervilha, fava e lentilha) e animais (cabra, ovelha, vaca e porco), que passaram a reproduzir-se e crescer sob nosso controlo e para satisfação das nossas necessidades, alimentares mas não só; lembremo-nos do recurso a animais de tiro ou do aproveitamento da lã, ou ainda o uso de plantas como o linho. Este processo de domesticação introduziu transformações na anatomia e no comportamento destes seres vivos (por exemplo, os animais tornaram-se mais dóceis, e os trigos passaram a produzir um número maior de grãos...). Por convenção, a este período maior do nosso Passado chamamos Neolítico.

Este processo, porém, não foi unidirecional; nós mesmos nos transformámos em diversas esferas da nossa existência. Várias questões prementes da contemporaneidade têm as suas raízes, pelo menos em parte, no Neolítico. São exemplo o acelerado crescimento demográfico

global, o debate sobre a introdução de alimentos geneticamente modificados e as respostas às alterações climáticas, a estratificação social determinada pela vida urbana e as desigualdades socioeconómicas que acarreta a destruição do meio ambiente por via da introdução e expansão de práticas agropastoris, ou até a aquisição da nossa tolerância à lactose, ao etanol ou ao glúten por via do consumo, culturalmente imposto nessa época recuada, de laticínios, álcool e trigo.

Mas que têm estas questões que ver com a existência de menires no Monte do Trigo e com o passado neolítico do território sambrasense, que intitulam este texto?...

Recuemos, desta feita, até meados de junho de 2021, quando no decorrer de um passeio neste local, a sudeste do lugar dos Machados, um par de amigos interessados em paleontologia e arqueologia se deparou, a meia encosta, com o que parecia ser um menir tombado, semi-enterrado e tapado por arbustos.

A sua divulgação nas redes sociais espoleitou o interesse do município, que, com a colaboração da Universidade do Algarve, organizou uma visita conjunta ao sítio na companhia de um dos achadores. Nesta visita foi possível confirmar a efetiva natureza do achado e planejar uma intervenção arqueológica tendo em vista a documentação, não só desta peça, mas também da envolvente imediata, assim como promover a sua valorização. A preparação de um projeto de estudo, o cumprimento de um



Aspeto final da escavação arqueológica realizada em agosto de 2023 em torno do menir.

necessário conjunto de procedimentos administrativos, tudo isso fez com que, não havendo qualquer ameaça premente que pusesse em risco a conservação do menir, a escavação tivesse finalmente lugar no verão de 2023.

Infelizmente, a escavação do próprio menir não permitiu a identificação de elementos que seriam importantes para a sua caracterização. O alvéolo onde estaria originalmente assente, na vertical, deveria ter sido um pouco mais acima na vertente, e poderá já não existir devido à erosão da mesma; em torno do menir também não se identificou qualquer nível arqueológico que testemunhasse a presença humana. A ter existido, na pior das hipóteses encontrar-se-iam hoje vestígios dispersos do mesmo, o que não acontece. Porém, a prospeção do topo e de

parte das vertentes do Monte do Trigo, por seu lado, resultou na identificação de numerosos fragmentos, mais completos uns que outros, de outros menires. Estes fragmentos distribuem-se por toda a área, mas encontram-se sobretudo colocados — ou, melhor dizendo, reaproveitados — em valados e muros de divisão de propriedade. Portanto, a agricultura praticada neste local, de que resultou a construção destas estruturas tradicionais em pedra, terá, sem o ter podido adivinhar, desmantelado um complexo sítio arqueológico formado por menires.

Como se pensou por muito tempo, e permanece ainda no nosso imaginário, os menires não são da época histórica que assistiu à romanização, erigidos por povos celtas. Não houve qualquer Obélix em São Brás de Alportel que



Vista aérea de Poente do Monte do Trigo, podendo ver-se o menir (no centro inferior da fotografia) e os diversos muros e valados em pedra seca existentes no local, onde foi possível identificar fragmentos de outros menires.

os tivesse esculpido nas horas vagas entre as batalhas contra o invasor. Nessa época recuada de há dois milénios, os menires tinham já quatro mil anos de idade. Haviam sido erigidos nas fases iniciais do Neolítico do nosso território, há cerca de seis mil anos ou até mais.

Tratava-se de objetos, autênticos monumentos, dedicados aos cultos nascidos com o acima referido processo ocorrido no Próximo Oriente pré-histórico. Dos ciclos reprodutivos dos animais, dos ritmos sazonais das sementeiras e das colheitas, e da sua relação muito íntima com o funcionamento da natureza e dos astros, resultou uma nova mundivisão e, desse modo, um novo entendimento do papel dos próprios seres humanos no funcionamento do cosmos. A construção de espaços cerimoniais públicos, abertos ao conjunto da comunidade –

neste caso, materializados através da ereção de blocos de pedra afeijoados – foi um comportamento cultural que tem que ver precisamente com este novo quadro mental.

Portanto, hoje sabemos que, no Monte do Trigo e na sua envolvente, se terá fixado uma comunidade agropastoril há seis mil anos, seguramente uma das primeiras do tipo a estabelecer-se neste território. Apesar da escassez de indicadores arqueológicos, sabemos-lo porque na região do Barlavento, em particular entre Lagos e Vila do Bispo, a investigação tem sido mais intensa e o volume de informação científica é maior. Aqui, menires de morfologia igual à do Monte do Trigo têm sido encontrados junto a contextos habitacionais coevos, de que é exemplo o sítio da Caramujeira, em Lagoa, escavado em finais da década de 1970.¹

¹Mário Varela Gomes, J. Pinho Monteiro e Eduardo da Cunha Serrão (1978), "A estação pré-histórica da Caramujeira. Trabalhos de 1975-76", in *III Jornadas Arqueológicas*, vol. I. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, p. 33-72.



Vista da vertente poente do Monte do Trigo, com a escavação em torno do menir e, ao fundo, no horizonte, a vila de São Brás de Alportel.

Com efeito, o paralelismo com os menires do Barlavento é que permite deduzir que o exemplar do Monte do Trigo é daquela época recuada. Tal como aqueles seus numerosos homólogos, este tem uma morfologia tendencialmente cónica, alongada, com secção transversal ovoide, resultando num aspeto fálico – o que remete diretamente para os cultos de fertilidade inerentes a esta nova ideologia. Apesar de se encontrar fissurado e ter a sua superfície alterada por exposição às intempéries destes últimos milénios, notam-se ainda sinais da picotagem com que foi afeiçoado. Mediria mais de 160 cm de comprimento (a fragmentação da base impede uma determinação mais rigorosa) e apresenta 70 cm de diâmetro máximo, ao nível da

parte mesial. Não foi possível observar gravuras, que por vezes ocorrem nestes menires, seja porque nunca terão sido executadas, seja porque se perderam devido à referida exposição às intempéries. Os outros fragmentos de menires que se puderam identificar e cartografar no Monte do Trigo parecem ter feito parte de peças em tudo semelhantes.

Por contraste, os poucos menires que conhecemos no Sotavento, como é o caso do menir do Serro das Cabeças², em Alte (Loulé), e o conjunto do Lavajo³, em Afonso Vicente (Alcoutim), são fabricados noutras rochas, apresentam morfologias e dimensões mais irregulares e variáveis, e têm sido datados de fases muito tardias da Pré-História pelos investigadores que

²Victor S. Gonçalves e Ana Catarina Sousa (2017), “Serra e mar. As antigas sociedades camponesas em Loulé (Algarve)”, in **Loulé. Territórios, memórias, identidades**. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia, p. 60-196.

³João Luís Cardoso, João Carlos Caninas, Alexandra Gradim e António Nascimento Joaquim (2003), **Os menires do Lavajo, Afonso Vicente, Alcoutim**. Alcoutim: Câmara Municipal.



O vale que envolve o Monte do Trigo por poente, possivelmente agricultado durante o Neolítico e onde se localizaria o povoado da comunidade que adaptou esta colina para utilização como espaço cerimonial. Note-se o menir, tombado, no canto inferior esquerdo da fotografia.

mais recentemente os estudaram. Esta atribuição mais tardia baseia-se nessas morfologias distintas e também nos paralelos da arte gravada que ostentam, atributos em que se distinguem dos menires neolíticos do Barlavento. A confirmar-se esta assunção, o Monte do Trigo é, assim, o primeiro achado até ao momento da extensão daquelas realidades do Barlavento até terras sambrasenses e, de um modo geral, a todo o Sotavento.

Em suma, é possível deduzir, com os dados disponíveis, que no Monte do Trigo tínhamos, há seis mil anos, um local estruturado com menires, um espaço cerimonial onde teriam tido lugar festividades e outras manifestações rituais, cujas músicas, danças, cantares, rezas... se perderam para sempre, mas das quais deduzimos deverem ter estado relacionadas com os ciclos agrícolas, o movimento da abóbada celeste – nomeadamente os solstícios – e a reunião das pequenas comunidades de agricultores e pastores que então viveriam no território sambrasense, e até para além dele.

A recente análise arqueológica de diversos machados de pedra polida que têm vindo a ser encontrados em S. Brás de Alportel desde a década de 1880, sobre os quais Estácio da Veiga fez as primeiras considerações nas suas “Antiguidades Monumentaes do Algarve”, mostra de facto que, embora estes se concentrem na zona calcária do Barrocal, foram fabricados em rochas metamórficas, como grauvaques e sobretudo anfibolitos, que só poderiam ter sido trazidos da Serra ou mesmo do Baixo Alentejo⁴, o que comprova a existência de contactos inter-regionais entre estas comunidades e outras, distantes várias dezenas de quilómetros.

Duas grandes questões permanecem, contudo, em aberto. Uma é a da configuração original deste espaço cerimonial. O desmantelamento dos menires, a sua fragmentação, transporte e reutilização em muros e valados é um forte impedimento a essa reconstituição. A sinalização e cartografia detalhadas desses fragmentos – um trabalho ainda em curso e que nunca se poderá dar como totalmente

⁴ Angelina Pereira e António Faustino Carvalho (2024), “Achados isolados das antigas sociedades camponesas em São Brás de Alportel (distrito de Faro): testemunhos da ocupação pré-histórica do território”, in *XI Encontro de Arqueologia do Sudoeste Peninsular*. Faro: Universidade do Algarve (no prelo).

concluído – poderá dar pistas nesse sentido. A ideia que parece ir ganhando forma é a de um ou mais círculos de menires, a espaços regulares, alinhados em torno da colina, e eventualmente alguns outros erigidos no seu topo. Talvez se tratasse de local semelhante a um cromeleque, como os que conhecemos bem nas planícies do Alentejo, mas diferindo desses porque se encontraria estruturado em torno de uma colina.

Outra questão em aberto é a determinação do local onde viveriam estas comunidades neolíticas. Sabemos, por outras vias, que viveriam em pequenos aglomerados, formados por cabanas uni ou plurifamiliares, construídas em materiais perecíveis, e que, como se tem vindo a sublinhar, viveriam da agricultura e da criação de animais. A tecnologia de que disporiam para o trabalho da terra era ainda elementar. Passaria pelo desbravamento dos bosques através de queimadas para a obtenção de pastos para os animais ou para o amanhã da terra, talvez ainda sem recurso a arado. A terra seria provavelmente trabalhada com paus de cavar e pequenos sachos, o que exige solos leves, arenosos, e nas proximidades de cursos de água.

Nesta hipótese, é possível conceber que, não vivendo no interior do espaço cerimonial (o que está comprovado pelas escavações arqueológicas), viveriam nas proximidades do mesmo. Até ao momento, e apesar dos referidos achados de instrumentos de pedra polida, não se conhecem ainda vestígios desses povoados. Porém, olhando para os requisitos das suas práticas agrícolas e para as características físicas do território sambrasense, é concebível que esse povoado – ou vários, uma vez que o possível cromeleque terá sido utilizado durante centenas de anos – se localize no meio ou no re-

bordo dos férteis vales envolventes do próprio Monte do Trigo. Não há de ser um acaso que o monte agrícola que emprestou o nome à colina tenha o nome que tem, e que um desses vales férteis seja conhecido por Vale do Joio...

Para concluir, voltemos ao início. O crescimento demográfico proporcionado pela maior disponibilidade de alimentos e pela sedentarização que se iniciou há 12 mil anos no Próximo Oriente, impulsionou, com outros fatores, a busca de novos territórios para dar vazão a esse crescimento constante. O contexto histórico-cultural mais amplo em que se inserem as comunidades que construíram e utilizaram o espaço cultural neolítico do Monte do Trigo é o da propagação deste novo modo de vida através de toda a bacia do Mar Mediterrâneo. Como referido, os processos migratórios são muito mais comuns na história humana do que tendemos a pressupor. Hoje temos acesso a dados – arqueológicos, genéticos e outros – de que não dispúnhamos há um quarto de século, e que nos indicam que houve, de facto, a chegada de pequenos grupos humanos neolíticos àquele que é hoje o território português, e que trouxeram consigo estas novidades, contactaram e interagiram com as populações locais, de caçadores, recolectores e mariscadores, que já cá estavam instaladas desde o Paleolítico.

Destes contactos resultaram fenómenos de aculturação e, neste caso concreto, a transposição de todas aquelas novas formas de existência humana. Nesta perspetiva, o sítio arqueológico do Monte do Trigo e o território sambrasense são um testemunho — exemplarmente ilustrado pelo menir que descrevemos — das manifestações mais ocidentais daquele processo histórico de ampla escala espacial e fôlego temporal.

**CASCAIS, 1967****ANTÓNIO FAUSTINO DE CARVALHO**

Licenciado em História (1992) e Mestre em Arqueologia (1997) pela Universidade de Lisboa. Em 2007 obteve o Doutoramento em Arqueologia Pré-Histórica pela Universidade do Algarve, onde é docente de carreira desde 2001, tendo obtido o título de Agregado em 2021.

Antes, havia sido técnico superior do Parque Arqueológico do Vale do Côa (1995-1999), onde fez parte da equipa fundadora do mesmo e, depois, do Instituto Português de Arqueologia (2000-2001), onde foi membro da comissão interministerial para o Acompanhamento Ambiental das Infraestruturas de Alqueva.

Já na Universidade do Algarve, tem assumido cargos de gestão (diretor de departamento, membro do conselho científico da faculdade, diretor de cursos) e assegurado a docência de unidades curriculares de licenciatura, mestrado e doutoramento, e a orientação de teses. Dirigiu mais de duas dezenas de projetos de investigação e de museologia, e organizou encontros científicos.

Neste momento, é o coordenador técnico-científica do processo de candidatura dos monumentos megalíticos da região de Viseu-Dão-Lafões a Património da Humanidade junto da UNESCO.



O LÁPIS AZUL DE LOPO DO CARMO, DECANO DA CENSURA NO ESTADO NOVO

Nos 50 anos do triunfo da democracia com o 25 de abril procuramos evidenciar a natureza da censura à imprensa em Portugal, da Ditadura Militar ao Estado Novo (1926-1974). Destacamos as principais etapas do estabelecimento do regime censório com enfoque no pessoal político da censura e um relance sobre a imprensa de província para, por fim, situar na imprensa algarvia a figura do capitão Mário Lopo do Carmo, decano dos censores, na província, à data do 25 de abril.

A vitalidade que a imprensa conheceu na República liberal (1910-1926) remonta ao que Hermínio Martins designou por *explosão de comunicações* em Portugal, a partir da década de 1880, desempenhando um importante papel na comunicação política e uma função de «intermediação cultural», quer na capital quer na província.

Lisboa e Porto, respetivamente com 17 e 5 diários em 1926, eram os únicos polos de uma vivência política urbana onde se concentrava a cultura alfabetizada e os níveis de leitura de jornais eram bastante elevados. No resto do Continente só Braga, Coimbra, Évora e Setúbal tinham jornais diários, limitando-se a real explosão da imprensa a jornais semanais ou de periodicidade ainda mais limitada e com tiragem reduzida. Ainda a sul do Tejo, só Beja viu implantar-se o *Diário do Alentejo* em 1932, enquanto Faro registou dois insucessos: o *Diário*

do Algarve com publicação por escassos meses entre 1932 e 1933 e o *Correio do Sul*, editado como diário durante duas semanas em maio de 1945.

A censura à imprensa da Ditadura Militar ao Estado Novo

Na França à beira da implantação da III República, a Censura foi conhecida como *Madame Anasthasie* (1874), já detentora da poderosa tesoura. Entre nós, Francisco Valença acrescentou àquele instrumento o lápis azul, com que se riscavam as provas enviadas à censura e cuja imagem perdurou até ao termo daquela que o plumitivo fareense Mário Lyster Franco chamava, prudentemente, *Madame Censura* (*A Nossa Terra*, 25.7.1926).

Menos de um mês após o golpe militar de 28 de maio, a censura prévia chegou à imprensa de Lisboa num comunicado de polícia em 22 de junho de 1926. No Porto seria implantada em 13 de julho, mas, por todo o país, e também em Faro, foi posta em prática em 1 de julho, dando corpo à circular nº 21, de 1 de julho, do Ministério da Guerra com uma alínea marcante: «c) A eliminação de assuntos feita pela censura não dá lugar à publicação do jornal com espaços em branco».



Madame Anastasie, L' Éclipse, 19-7-1874

Esta regra, de ocultação do traço da censura, marcava uma rotura com a censura militar da República e, tal como a indicação de «Visado pela Comissão de Censura», permanecerão até ao marcelismo, quando a prometida «evolução na continuidade» manteve todo o aparelho repressivo e a censura, rebatizada como Exame Prévio (1972), com os mesmos métodos e agentes.

«Mas pior que a censura prévia há ainda este facto revoltante: não contente com cortar tudo quanto lhe desagrada, a censura impõe ainda o preenchimento dos espaços em branco, para dar a ilusão ao público de que nada censurou!!».

Voz do Sul (Silves), 27 de junho de 1926



Caricatura de Francisco Valença no Sempre Fixe!, 2 de dezembro de 1926

Na primeira fase da Ditadura Militar os oficiais de baixa patente ocuparam as posições-chave na administração, o que levou o historiador Douglas Wheeler a falar do «regime dos alferes» entre 1926 e 1928. No distrito de Faro, dos 16 concelhos só três foram confiados a civis, os restantes a oficiais subalternos e capitães, incluindo o cargo de governador civil ao capitão Leonel Vieira, com papel decisivo na mobilização no Algarve e o primeiro a chegar a Lisboa com as tropas revoltosas. (*O Algarve*, 4.7.1926 e *O Nacional Sindicalista*, 28.5.1933)

Para o controlo da imprensa foram criadas «censuras locais», que abrangiam não só as localidades com guarnição militar, cerca de 45, como as que dependiam dos administradores do concelho. Essas comissões mantiveram-se até à primeira reorganização dos serviços de censura em 1928, com o surgimento da Direção Geral dos Serviços de Censura à Imprensa (DGSCI) que fixou o pessoal político da censura exclusivamente na mão de oficiais do Exército

do Ativo ou da Reserva, reduzindo cada comissão/delegação de três para dois censores.

O escrutínio da imprensa algarvia permitiu identificar apenas as comissões de censura de Portimão (mista, com dois militares e um civil, o monárquico Jerónimo Negrão Buisel), Faro (exclusivamente militar) e a de S. Brás de Alportel, caso singular, por ser constituída por três civis, e pela duração efémera justificada no semanário alportelense:

«os signatários, (...) tendo ponderado bem o efeito moral da sua acção, que não condiz, por desarmonica, com os seus princípios liberais, depõe nas mãos de V. Ex.^a o mandato (...). Alportel, 13 de dezembro de 1926. António Guerreiro da Ponte Lopes, Anastácio dos Santos Carapeto, Boaventura Rodrigues de Passos.» (Ecos do Sul, de 19.12.1926)

A segunda reestruturação do aparelho censório ocorreu em 1932 e nele vai pontificar o major Álvaro Salvação Barreto que, seguindo as orientações do novo Presidente do Conselho, Oliveira Salazar, irá centralizar o aparelho da censura do Estado Novo, subordinando-o a uma única diretriz, inovando no plano funcional com a criação de *estruturas intermédias*, as Comissões de Censura de Zona – Norte (Porto), Centro (Coimbra) e Sul (Lisboa) – e delegações de base distrital, subordinadas à direção geral, que irão perdurar até ao 25 de abril.

Consolidada a ditadura após 1933, o Estado Novo, a par da «constitucionalização» da censura, alargada às publicações não periódicas (livros), acrescenta ao controlo da opinião pública o Secretariado da Propaganda Nacional (SPN), dirigido pelo principal coreógrafo do regime, António Ferro. Por fim, a partir de 1936, condicionou-se a fundação de publicações periódicas à «idoneidade intelectual e moral dos responsáveis» atestadas pelas autoridades,

contando com a discricionariedade da polícia política PVDE/PIDE, concluindo assim o edifício jurídico em que iria assentar o funcionamento da censura até 1974. O decreto-lei nº 26589 de 14.5.1936 incluía ainda mecanismos para a asfixia económica da pequena imprensa regional através da proibição de anúncios oficiais na imprensa anti-situacionista, medida só cancelada em 1947, e até a grande imprensa diária viu reduzido a 70 o número de páginas semanais, que Salazar entendia serem suficientes para um «inteligente noticiário».

A imprensa regional do Algarve

Por forma impressiva Rosa Mendes resumia a situação socioeconómica do Algarve no dealbar do século XX: «Marginal, periférico e padecendo de um isolamento multissecular em relação ao resto do país (...), estrutura económica arcaizante com predomínio da agricultura rotineira e de subsistência e em que a indústria mal aflorava.»

Longe iam os tempos descritos no primeiro jornal republicano da província, *Echos do Algarve* (Lagos, 1868-1869), da tormentosa viagem de vapor entre Lisboa e o Algarve a que a ligação ferroviária do Barreiro a Faro, em 1889, pôs termo. Se o isolamento fora quebrado, a iliteracia era enorme, diminuindo no censo de 1930 para 73,5%, em linha com os distritos alentejanos de Évora e Portalegre, só superado pelo analfabetismo em Beja com 79,2%, superior à média do país que se situava nos 67,5%.

Em 1926, a pequena imprensa algarvia continuava a debater-se com as debilidades de natureza estrutural da do resto do país: fracos recursos económicos, reduzida expressão do mercado publicitário e de leitores, o amadoris-

mo das direções e redações dos jornais. O resultado era o surgir de novas publicações e o seu desaparecimento com enorme volatilidade, situação já recorrente no período da República.

Portimão, um dos cinco núcleos urbanos do Algarve, juntamente com Faro, Tavira, Silves e Lagos – todos com menos de 20 000 habitantes, à margem dos padrões médios europeus – possuía um único semanário independente, *O Jornal de Portimão* (1925-1926), que, sintomaticamente, no primeiro número se interrogava: «Então Portimão com 12 000 habitantes com a vida comercial e industrial que possui, não tem um jornal? (...) Portimonenses: aqui têm o jornal – vós direis se por longa ou curta vida!».

Em Lagos, existia o quinzenário *O Intruso*, fundado em 1925; vítima constante da censura sobreviveu até 25.11.1927. Silves contava com dois jornais: *O Povo de Silves*, quinzenário (1925-1927), e *A Voz do Sul* (1916-1968), ambos críticos da ditadura, mas só o segundo sobreviveu no Estado Novo.

Tavira, terceira cidade algarvia em população, vira o semanário *O Séqua*, suspender a publicação em 1925 e só a partir de 1934 contará com o semanário *Povo Algarvio* (1934-1975), claramente alinhado com o ideário do regime, preenchendo no Sotavento o espaço nacionalista.

Faro, a capital do distrito, possuía não só um maior número de jornais como manteve dois semanários até ao 25 de abril: *O Algarve*, tido como o decano da imprensa algarvia (1908) e o *Correio do Sul* fundado em 1920. Publicava-se ainda *A Moca*, semanário para a defesa do consumidor (1922-1931) e *A Lanceta*, quinzenário (1923-1927), o primeiro órgão de imprensa regional a sofrer uma proibição com o número de 19.8.1926 a ser substituído por outro com o nome *A Lata*.

Fora destas cidades regista-se ainda a existência de dois jornais republicanos: em Olhão,

o *Correio Olhanense* (1921-1933), para quem a imposição à censura «é uma monstruosidade», e o *Alma Algarvia*, de Loulé (1926-1927), que, no último número, em 11.12.1927, tinha a indicação expressa: «Este jornal não defende a ditadura».

Sem surpresa, do conjunto de 16 concelhos do Algarve, sete não tinham, em 28 de maio, qualquer publicação periódica de natureza regionalista – Albufeira, Alcoutim, Aljezur, Castro Marim, São Brás de Alportel, Vila do Bispo e Tavira – limitando-se a receber a outra imprensa regional ou os grandes diários lisboetas *Diário de Notícias* ou *O Século*, com larga difusão por assinatura.

A imprensa de S. Brás de Alportel

Se excluirmos a publicação, nos anos de 1893 e 1894, do *Almanach de S. Braz de Alportel*, nenhum outro periódico viu a luz do dia nesta localidade até à implantação da República. Curioso é o lançamento, em 1912, de dois semanários de credos políticos opostos: *O Algarvio* (1912), «semanário democrático católico», «de inspiração católica, conservadora, monárquica» e figadal adversário dos *Ecos do Sul* (Vilhena Mesquita), e este último, *Echos do Sul* (1912-13), semanário democrático independente, Loulé – S. Brás de Alportel.

A República, implantada em 5 de outubro de 1910, aprovou, em 1911, a Lei de Separação das Igrejas do Estado, por forma a que a religião católica deixasse de ser religião de Estado. É no contexto de medidas de natureza anticlerical e perseguição à imprensa católica que surge *O Algarvio*, procurando sobreviver num meio claramente hostil, que apressou a sua vida efémera, bem como de muitos outros jornais cató-

licos, alguns diários, publicados em Lisboa.

Já o *Echos do Sul* (1912-1913), quinzenário regionalista, «democrático independente», afirma-se claramente em defesa dos valores da República, embora «sem bandeira partidária». Entre março e agosto de 1912, passou a ser publicado simultaneamente em Loulé e São Brás, por o jornal *O Povo Algarvio* (1909-1912), de Loulé, «semanário republicano anticlerical», se ter fundido com o *Echos do Sul*. A cisão, operada no único Centro Republicano do Dr. Afonso Costa, entre os membros da associação, terá igualmente contribuído para o fim do jornal (Estanco Louro).

São Brás de Alportel, que ascendeu a concelho em 1914, só voltaria a conhecer um jornal local em plena Ditadura Militar ainda com o título *Ecoss do Sul* (1926-1929), quinzenário regionalista independente que, no seu primeiro número, se afirma «retintamente regionalista» e «não terá cores políticas de qualquer natureza». Depois de suspender a publicação no final de 1928, antevia-se o fim do jornal, que aconteceu em 13.1.1929. Será a última tentativa de afirmação do concelho através da imprensa até 1976.

Mário Lopo do Carmo, oficial e censor “a contento de quem manda”

Em 1933, Salazar estava convencido de que «a origem militar da Ditadura Portuguesa há-de dar sempre à nossa revolução uma característica especial», como escrevia no prefácio a uma obra de António Ferro. Na verdade, como sublinha António Costa Pinto, não só a máquina censória como a administração local, o corpo de governadores civis, a polícia política e a

Legião Portuguesa mantiveram até tarde uma importante componente militar. No caso da censura, o exclusivo do pessoal político militar só começou a alterar-se em 1957, a nível da chefia, mas foi no início da década de 1960 que se registou a entrada de civis, muitos deles com formação universitária, por forma a responder à crescente necessidade de especialização face a uma imprensa mais diversificada.

Se a nível do aparelho de censura, em Lisboa, um corpo de oficiais superiores manterá uma forte ascendência, dando origem ao estereótipo do «coronel» censor, situação bem diferente ocorreu a nível da província, onde o recrutamento foi sempre menos exigente, com a entrada de oficiais subalternos ou capitães, sem passagem por uma escola superior militar.

O capitão Mário Lopo do Carmo responde a este último perfil. Entre 1926 e 1974, passaram pela censura várias gerações mas raros são os que, tendo entrado para a função na Ditadura Militar, se perpetuaram até ao fim do regime. A nível da direção, o major José Sebastião de Sousa Chaves (1893-1977) é o oficial mais antigo na censura para onde entrara em 21.12.1928, enquanto Mário Lopo do Carmo é o oficial de província mais resiliente desde, pelo menos, 9 de maio de 1929. Data documentada, mas o próprio, num raro registo autobiográfico, afirma: «Não me recordo perfeitamente da data desde quando desempenho serviço na Censura como Delegado, mas sei que foi quando acabaram as comissões constituídas por dois Oficiais nomeadas mensalmente, o que aconteceu, parece-me, no ano de 1927 ou 1928, e que coincidiu também com a entrada do Sr. Dr. Oliveira Salazar para o Governo». (1969)

Salazar entrou no Governo como ministro das Finanças em 27 de abril de 1928, na véspera do seu 39º aniversário, o que apontaria para Lopo do Carmo ser, de facto, o oficial do país com maior tempo de permanência na estru-

tura censória. Philippe Schmitter chamou, há muito, a atenção para a circunstância de Salazar ter reunido à sua volta, no início dos anos 30, os homens que representavam «uma nova geração política», o que tende a ser esquecido por o regime se ter transformado, com o tempo, numa «gerontocracia extrema».

Mário Lopo do Carmo nasceu em Lagos, freguesia de S. Sebastião, em 28 de dezembro de 1898, pertencendo à geração de 1890 que combateu na Flandres na Grande Guerra. Filho do capitão de Infantaria Lopo Maria do Carmo e de Maria Amélia do Carmo, casou em Faro, a 5 de janeiro de 1922, com Maria José Vaz, de quem teve quatro filhos: Maria Sebastiana, Francisco e Maria Amélia e Carlos Maria do Carmo, major, 2º comandante da PSP de Lisboa em 1949, à data do falecimento do pai em Lagos.

Partilhando uma identidade comum a grande parte do Exército, designada por Maria Carilho como autorrecrutamento, o jovem Mário Lopo do Carmo alistou-se como voluntário no Regimento de Infantaria 33, em Lagos, onde se manteve até quase ao fim de 1916. Tinha como habilitações literárias o curso geral dos liceus com a secção de inglês. Frequentou a Escola de Sargentos em 1915 e, no mesmo ano, a Escola Preparatória de Oficiais Milicianos, vindo a ser promovido a alferes miliciano em 11 de novembro de 1916, no Regimento de Infantaria nº 4, em Tavira.

Em 31 de julho de 1917, embarcou para França, onde integrou o CEP, Corpo Expedicionário Português. Com uma saúde precária, baixou várias vezes ao hospital, acabando por regressar a Portugal, em 15 de fevereiro de 1919, quando desembarcou em Lisboa no transporte “Orita”. Em Portugal, depois de integrar o Regimento de Infantaria 33, onde iniciara a carreira militar, passou ao Regimento de Infantaria nº 4, em Tavira. O pedido que fez, em 1920, para servir em Angola foi indeferido. Foi promovido a tenente

miliciano em 1921 e a capitão miliciano do quadro especial em 15 de fevereiro de 1932.

Já em Faro, no Batalhão de Caçadores nº 4, é chamado para uma reunião a ter lugar a 20 de fevereiro de 1934, no Comando da 4ª Região Militar, em Évora, com o diretor-geral da censura, major Álvaro Salvação Barreto, para transmissão de «instruções de serviço» a um número de delegados não explícito.

Pouco antes, a 2 de dezembro de 1933, Salazar, através da Comissão Executiva da União Nacional, o partido único, fizera sair uma diretiva, em que classificava a imprensa local «um instrumento de propaganda de primordial importância», pelo que deveria ser criado «em todos os concelhos um órgão da Situação». Relatórios elaborados pelo SPN, em 1933 e, a 15 de dezembro de 1934, sobre o estado da imprensa portuguesa, concluíam pela existência, no distrito de Faro, de apenas 10 jornais, dos quais metade era considerada «situacionista» ou «simpatizante do regime», onde já se inserem o *Correio do Sul* e o *Algarve*, e os quatro restantes «neutros» e um único «anti-situacionista», a *Voz do Sul*.

O *Correio do Sul* sobre o qual se diz ser «um semanário conservador que transcreve os artigos dos jornais situacionistas de Lisboa e publica manifestos da mocidade nacionalista», com uma tiragem apreciável de 2500 exemplares, publica artigos fornecidos pelo SPN, sem o citar, emparceira com o *Algarve*, que, sob «o rótulo de independente, defende com coragem o espírito da revolução nacional e relata com entusiasmo bem português as grandes obras realizadas pela Ditadura», «precioso auxiliar na província do Algarve».

Nas conclusões sobre a província, o SPN afirma ser «animador o aspeto da imprensa da província do Algarve», não havendo «imprensa anti-situacionista no género da que encontramos em outras províncias».

Esta situação não se alterou ao longo de



Cabeçalho do «Jornal do Algarve». Edição de 2.10.1965. Exemplar enviado à Censura e com o respectivo 'visto'.

décadas, razão pela qual a União Nacional não teve que se preocupar com a criação de órgãos a ela diretamente vinculados, procurando difundir a sua propaganda através da imprensa sem conotação excessiva com a União Nacional, consciente de que era preciso atingir públicos mais alargados do que os comprometidos com o regime.

Compreende-se assim que, em 1 de agosto de 1969, na transição para o marcelismo, quando questionado sobre o seu futuro, Lopo do Carmo tenha manifestado a vontade de «continuar nos Serviços de Censura» e, no ano seguinte, em carta ao diretor, coronel Armando Páscoa, invoca a sua distante participação «ativa no movimento inicial de 28 de Maio, fazendo parte das tropas de Lagos, que marcharam para Lisboa, e talvez tivesse sido essa a razão porque fui preferido para desempenhar, com permanência as funções de Delegado, merecendo sempre a confiança de todos os Exmos. Diretores que desde então passaram por esse cargo.»

Esquece, no entanto, que, por uma vez, a dedicação ao regime tinha sido posta em causa pela direção da censura, sem sucesso, graças ao apoio decidido do governador civil de Faro.

Em meados de 1965, ascendera à Direção

dos Serviços de Censura o dr. Rui Alvim, fruto da crispação da situação política – a extensão da Guerra Colonial a Moçambique, o assassinato do general Humberto Delgado –, que favoreceu o reforço da direita radical no aparelho da censura. Na mais curta e desastrosa direção por parte de um civil na década de 1960, escassos cinco meses, Alvim afrontou as rotinas do aparelho e os homens que serviam o regime há décadas. Em 15.10.1965, Alvim escreve ao governador civil de Faro, pedindo a indicação de pessoa idónea para o cargo de delegado da censura. Estava implícito o afastamento de Lopo do Carmo. A resposta de Joaquim Romão Duarte foi firme: «Cumpram-me informar que este Governo Civil tem conhecimento de que existe pessoa idónea a exercer o cargo presentemente», pelo que, se o atual delegado sair, «será então possível procurar quem o possa substituir». (Ofício confidencial nº 39, de 21.10.1965). Causa, fútil, para a tentativa de destituição? A publicação no *Jornal do Algarve*, de Vila Real de Santo António, dum foto de «batismo» de manequins com champagne em Nice!

Dois anos depois, dirigindo-se ao diretor, a propósito do cargo de delegado substituto, o censor de Faro confessa: «Como francamente tenho tempo disponível, os jornais são mais ou

menos benevolentes ao abordarem os assuntos de natureza administrativa ou de informação regional, o serviço vai correndo sem atritos e creio a contento de quem manda» (1972).

A inexistência de uma imprensa de oposição no Algarve, com a *Voz do Sul*, «açaimado pela ditadura fascista» (V. Mesquita), tida em tempos como «a nódoa no distrito» pelo SPN, permitiu ao capitão Lopo do Carmo, na reserva desde 1937, uma participação em organismos como comandante do Corpo de Bombeiros Municipais de Faro (1935-1941), presidente da direção do Sporting Clube de Faro (1949-1952) e, a partir da década de 1950, presidente da Agência da Liga dos Combatentes cargo que desempe-

nhava no edifício da Delegação da Cruz Vermelha Portuguesa onde prestava serviço oficial e instalara a delegação da censura, acumulando sempre o vencimento militar com a gratificação mensal de censor que, em outubro de 1973, se cifrou em 1380\$00.

Último sobressalto surpreendeu-o com o rebentamento de petardos, perto de casa, para espalhar propaganda «subversiva» por um «1º de MAIO de combate: PARALIZAÇÕES, GREVES, MANIFESTAÇÕES!» (30.4.1973). Mas isso era já o prenúncio da mudança que estava em curso para o fim do regime. Lopo do Carmo viria a falecer depois do 25 de abril, no concelho de Oeiras, a 7 de março de 1978.

Joaquim Cardoso Gomes

Referências bibliográficas e de arquivos:

Censo da população de Portugal, Lisboa, Imprensa Nacional, 1931.

Gomes, J. C. (2006). *Os Militares e a Censura – A Censura na Ditadura Militar e Estado Novo (1926-1945)*. Lisboa: Livros Horizonte.

Gomes, J. C. (2013). «Os censores do 25 de Abril: o pessoal político da censura à imprensa», *Media & Jornalismo*, 23, 77-103.

Gomes, J. C. (2017). A censura no Estado Novo: o caso da imprensa de província (1936-1945). In: J. L. Garcia, T. Alves, Y. Léonard (coord.), *Salazar, o Estado Novo e os Media*. Lisboa: Edições 70, pp. 69-100.

Lemos, M. M. (2020). *Jornais diários portugueses do século XX. Um dicionário*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.

Louro, E. (1929). *O Livro de Alportel. Monografia de uma freguesia rural – concelho*. Lisboa : Serv. de Publicidade Agrícola do Min. da Agricultura.

Mendonça, A. Â. B. (2011). «O 28 de maio na imprensa algarvia», *Anais do Município de Faro XXXVII*, pp. 141-220.

Mendes, A. R. (2010). *Faro – Roteiros Republicanos*. Lisboa: Quidnovi.

Mesquita, J. C. V. (1988-1989). *História da Imprensa do Algarve, I e II*. Faro: Comissão de Coordenação da Região do Algarve.

Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT) | Direção dos Serviços de Censura (DSC):

O Algarve (1937-1941) – PT/TT/SNI-DSC/20/377

Correio do Sul (1938-1971) – PT/TT/SNI-DSC/9/378

Correio do Sul (1938-1945) – PT/TT/SNI-DSC/20/378

Correspondência recebida da delegação de Faro – PT/TT/SNI-DSC/27-27-10

Arquivo Oliveira Salazar:

Ação de propaganda na imprensa de província (1933-1934) – PT/TT/AOS/D-M/031/0001/00003

Arquivo Geral do Exército:

Processo individual do capitão miliciano Mário Lopo do Carmo, Cx. 55/1978, Pº.123

Hemeroteca Digital do Algarve:

<https://hemeroteca.ualg.pt>



ESTREMOZ, 1949

JOAQUIM CARDOSO GOMES

Mestre em História Social Contemporânea pelo ISCTE (1997). Licenciado em História pela Faculdade de Letras de Lisboa (1979). Professor aposentado do Ensino Secundário. Investigador colaborador do ICNOVA/FCSH – Instituto de Comunicação da Universidade Nova de Lisboa. A sua principal área de pesquisa tem-se desenvolvido em torno da história da censura à imprensa durante o Estado Novo e o seu pessoal político. Autor do estudo «Joel Serrão: os primeiros passos – cartas inéditas (1939-1946)» apresentado no seminário “Caminhos da Historiografia” (ICS, dezembro de 2023).



NOVOS

FOI UM PUNHADO DE BOAS-VONTADES,
IRMANADAS NO DESEJO DE PUGNAR
PELA IDENTIDADE SÃO-BRASENSE.
ESTAMOS A CONTAR A HISTÓRIA,
HISTÓRIAS, REMINISCÊNCIAS,
PASSADO A ENCARAR O FUTURO
EM CLAVE CULTURAL...

SAUDAMOS, POIS, COM AMIZADE,
QUANTOS A NÓS SE JUNTAM, NA CAMINHADA
PELAS VEREDAS DA HISTÓRIA...
EM SÃO BRÁS DE ALPORTEL!

AUTORES

NOVOS AUTORES DESTA EDIÇÃO



VILA NOVA DE FAMALICÃO, 1955

JOSÉ CARLOS VILHENA MESQUITA

Professor universitário e historiador. Natural de V. N. de Famalicão, licenciou-se em História pela Universidade de Lisboa, e doutorou-se em Economia pela Universidade do Algarve. Participou em Congressos e Colóquios, no país e estrangeiro. Lecionou cursos de mestrado nas Universidades de Lisboa, de Huelva e na Internacional da Andaluzia. Fundou a Associação dos Jornalistas e Escritores do Algarve, e dirigiu a revista «Stilus» (1998-2006), «Jornal Escrito» e «Nó Vital», órgãos de cultura, artes e letras. A sua lista de obras integra dezenas de títulos.



CHAVES, 1979

SALVADOR SANTOS

Salvador Santos nasceu em Chaves, em 1979. Vive no Algarve desde os quatro anos. Frequentou o curso de Estudos Portugueses na Universidade do Algarve. Mantém colaboração na imprensa regional. No Postal do Algarve criou e dirigiu o suplemento de artes e letras «Caderno de Artes.S». É editor na Sul, Sol e Sal.

ESTATUTO EDITORIAL

- ▶ **SBA Revista de Cultura** nasce da vontade de um grupo de são-brasenses profundamente empenhados em preservar a identidade são-brasense.
- ▶ **SBA Revista de Cultura** propõe, por isso, a reflexão sobre o que consubstancia essa identidade, que está na base da elevação de S. Brás de Alportel a concelho em 1914.
- ▶ Os responsáveis por **SBA Revista de Cultura** comprometem-se, por isso, a investigar e a dar a conhecer todos os componentes dessa identidade, unificados amiúde na expressão 'património cultural'. O artesanato, os ofícios e mesteres tradicionais, o diligente aproveitamento dos recursos naturais na óptica da sua valorização, as lendas e tradições orais, as festividades, enfim, essas e as demais componentes do património e da memória colectiva serão privilegiadamente acarinhadas.
- ▶ **SBA Revista de Cultura** compromete-se a defender a sua autonomia em relação ao poder político e a ser independente de todos os poderes.
- ▶ Será timbre de **SBA Revista de Cultura** o apoio a todas as iniciativas que se integrem nos seus objectivos.
- ▶ **SBA Revista de Cultura** não visa fins lucrativos e compromete-se a respeitar o código deontológico que rege as publicações periódicas.
- ▶ É intenção dos promotores que **SBA Revista de Cultura** tenha periodicidade semestral, a coincidir com o aniversário da criação do concelho e com o período natalício.

DIRETOR

José d'Encarnação

COORDENAÇÃO EDITORIAL

José do Carmo Correia Martins
José Manuel Antonino Belchior

COLABORAM NESTA EDIÇÃO

António Faustino de Carvalho
Carla Galdes Mateus
Cristina Mendonça Neves
João Leal
Joaquim Cardoso Gomes
José Carlos Vilhena Mesquita
José d'Encarnação
José do Carmo Correia Martins
José Manuel Antonino Belchior
Júlia G. Neves
Noémia Pires
Salvador Santos

CAPA E OUTRAS ILUSTRAÇÕES

José Amândio Afonso Pereira

PAGINAÇÃO

Stefanie Boucinha

TIRAGEM

150 exemplares

PERIODICIDADE

Semestral

N.º DE REGISTO NA ERC

127504

PROPRIETÁRIO/EDITOR

José do Carmo Correia Martins
as1646267@sapo.pt

SEDE & REDAÇÃO

José do Carmo Correia Martins
Sítio do Farrobo, 956 A
8150-032 São Brás de Alportel

IMPRESSÃO

Pixartprinting
Via 1º Maggio, 8
30020 Quarto d'Altino VE
Itália

S B A

REVISTA DE CULTURA

É uma revista livre suportada apenas por um grupo de cidadãos, maioritariamente com origens são-brasenses, empenhados na divulgação das tradições, história, comportamentos e conhecimento da memória do concelho de São Brás de Alportel.

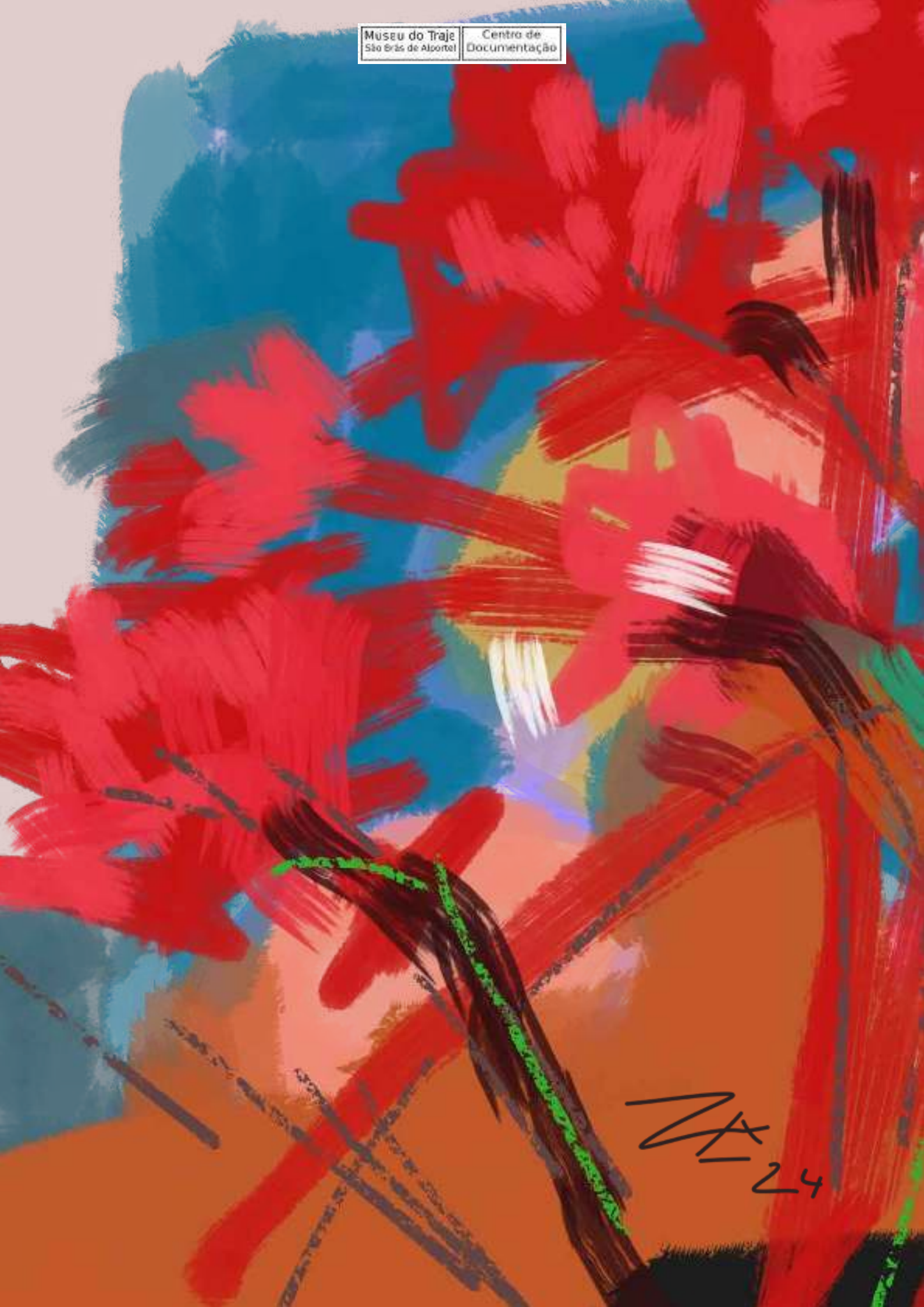
AGRADECIMENTO

Os responsáveis pela edição da **SBA Revista de Cultura** manifestam o seu profundo agradecimento ao:

Dr. José Amândio Afonso Pereira

pela generosa disponibilidade dos seus trabalhos que tão brilhantemente contribuem para o aspeto gráfico e estético da nossa Revista.

Ilustre são-brasense, cidadão exemplar, defensor dos valores democráticos, advogado, discreto e generoso artista, mui digno deste despretensioso registo pelo seu exemplo de cidadania ativa em prol da cultura em São Brás de Alportel.



NA 24